

Diário do Legislativo de 10/05/2000

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Anderson Adatao - PMDB

1º-Vice-Presidente: José Braga - PDT

2º-Vice-Presidente: Durval Ângelo - PT

1º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

2º-Secretário: Gil Pereira - PPB

LIDERANÇAS

1) LIDERANÇA DO PSDB:

Líder: Hely Tarquínio

Vice-Líderes: Ailton Vilela e Mauro Lobo

2) LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Paulo Pettersen

Vice-Líderes: Ronaldo Canabrava e José Henrique

3) LIDERANÇA DO PDT:

Líder: Marcelo Gonçalves

Vice-Líder: Bené Guedes

4) LIDERANÇA DO PPB:

Líder: Luiz Fernando Faria

Vice-Líder: Glycon Terra Pinto

5) LIDERANÇA DO PFL:

Líder: Sebastião Navarro Vieira

Vice-Líder: Paulo Piau

6) LIDERANÇA DO PTB:

Líder: João Pinto Ribeiro

Vice-Líder: Cristiano Canêdo

7) LIDERANÇA DO PT:

Líder: Ivo José

Vice-Líder: Maria Tereza Lara

8) LIDERANÇA DO PSD:

Líder: Djalma Diniz

Vice-Líder: Dalmo Ribeiro Silva

9) LIDERANÇA DO PL:

Líder: Sargento Rodrigues

Vice-Líder: Cabo Morais

10) LIDERANÇA DO PPS:

Líder: Marco Régis

Vice-Líder: Márcio Kangussu

11) LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Sávio Souza Cruz

Vice-Líderes: Luiz Tadeu Leite e Rogério Correia

12) LIDERANÇA DA MAIORIA:

Líder: Antônio Andrade

13) LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Carlos Pimenta

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Jorge Eduardo de PMDB Presidente
Oliveira

Deputado Doutor Viana PDT Vice-Presidente

Deputado Agostinho Patrús PSDB

Deputado Sebastião PFL
Navarro Vieira

Deputado Sargento PL
Rodrigues

Deputado Chico Rafael PSB

Deputado Arlen Santiago PTB

SUPLENTES:

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Bené Guedes PDT

Deputado Ermano Batista PSDB

Deputado Alberto Bejani PFL

Deputado Cabo Morais PL

Deputada Elaine PSB
Matozinhos

Deputado Olinto Godinho PTB

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO			
Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas			
EFETIVOS:			
Deputado Pinto	Ambrósio	PTB	Presidente
Deputado Ávila	Wanderley	PPS	Vice-Presidente
Deputado Ailton Vilela		PSDB	
Deputado José Henrique		PMDB	
SUPLENTE:			
Deputado Arlen Santiago		PTB	
Deputado Fábio Avelar		PPS	
Deputado Rezende	Edson	PSB	
Deputado Pimenta	Carlos	PSDB	
Deputado Carvalho	Adelino de	PMDB	

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Ermano Batista PSDB Presidente

Deputado Antônio Júlio PMDB Vice-Presidente

Deputado Bené Guedes PDT

Deputado Agostinho PL
Silveira

Deputado Maria Tereza PT
Lara

Deputado Paulo Piau PFL

Deputado Antônio Genaro PSD

SUPLENTE:

Deputado Hely Tarquínio PSDB

Deputado Olinto Godinho PTB

Deputado Doutor Viana PDT

Deputado José Milton PL

Deputada Ivo José PT

Deputado Sebastião Costa PFL

Deputado Irani Barbosa PSD

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 14 horas

EFETIVOS:

Deputado João Paulo PSD Presidente

Deputado Adelino de PMDB Vice-Presidente
Carvalho

Deputado Mauri Torres PSDB

Deputado Bené Guedes PDT

Deputada Elaine PSB
Matozinhos

SUPLENTES:

Deputado Dalmo Ribeiro PSD
Silva

Deputado Luiz Tadeu Leite PMDB

Deputado Hely Tarquínio PSDB

Deputado Alencar da PDT
Silveira Júnior

Deputada Chico Rafael PSB

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 9h30min

EFETIVOS:

Deputado João Leite PSDB Presidente

Deputado Glycon Terra PPB Vice-Presidente
Pinto

Deputado Marcelo PDT
Gonçalves

Deputada Maria Tereza PT
Lara

Deputado Luiz Tadeu Leite PMDB

SUPLENTES:

Deputada Elbe Brandão PSDB

Deputado Elmo Braz PPB

Deputado João Batista de PDT
Oliveira

Deputado Rogério Correia PT

Deputado Antônio Roberto PMDB

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Sebastião Costa PFL Presidente

Deputado Antônio Carlos PSDB Vice-Presidente
Andrada

Deputado José Milton PL

Deputado Dalmo Ribeiro PSD
Silva

Deputado Eduardo Brandão PMDB

SUPLENTES:

Deputado Paulo Piau PFL

Deputado Mauro Lobo PSDB

Deputada Agostinho PL
Silveira

Deputado Antônio Genaro PSD

Deputado Márcio Cunha PMDB

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E

ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Márcio Cunha PMDB Presidente

Deputado Mauro Lobo PSDB Vice-Presidente

Deputado Eduardo Hermeto PFL

Deputado Rêmolo Aloise PFL

Deputado Irani Barbosa PSD

Deputado Rogério Correia PT

Deputado Olinto Godinho PTB

SUPLENTES:

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputado Antônio Carlos PSDB
Andrada

Deputado Marcelo PDT
Gonçalves

Deputado Sebastião PFL
Navarro Vieira

Deputado Miguel Martini PSDB

Deputado Maria José PT
Hauelsen

Deputado Arlen Santiago PTB

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS

NATURAIS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 15 horas

EFETIVOS:

Deputado Cabo Morais PL Presidente

Deputada Maria José PT Vice-Presidente
Hauelsen

Deputado Carlos Pimenta PSDB

Deputado Adelino de PMDB
Carvalho

Deputado Glycon Terra PPB
Pinto

SUPLENTES:

Deputado Pastor George PL

Deputada Maria Tereza PT
Lara

Deputado Amilcar Martins PSDB

Deputado Eduardo Brandão PMDB

Deputado Elmo Braz PPB

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E

AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Dimas Rodrigues PMDB Presidente

Deputado Paulo Piau PFL Vice-Presidente

Deputado Márcio Kangussu PPS

Deputado João Batista de
Oliveira PDT

Deputado Aílton Vilela PSDB

SUPLENTES:

Deputado Paulo Pettersen PMDB

Deputado Sebastião Costa PFL

Deputado Fábio Avelar PPS

Deputada Álvaro Antônio PDT

Deputado Carlos Pimenta PSDB

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 9h30min

EFETIVOS:

Deputado Elmo Braz PPB Presidente

Deputado Djalma Diniz PSD Vice-Presidente

Deputado Eduardo Brandão PMDB

Deputada Maria Olívia PSDB

Deputado Marco Régis PPS

SUPLENTES:

Deputado Luiz Fernando
Faria PPB

Deputado Dinis Pinheiro PSD

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Aílton Vilela PSDB

Deputado Wanderley Ávila PPS

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 9h30min

EFETIVOS:

Deputado Miguel Martini PSDB Presidente

Deputado Pastor George PL Vice-Presidente

Deputado Dimas Rodrigues PMDB

Deputado Cristiano Canêdo PTB

Deputado Edson Rezende PSB

SUPLENTES:

Deputado Agostinho Patrús PSDB

Deputado
Rodrigues Sargento PL

Deputado Jorge Eduardo de PMDB
Oliveira

Deputado Arlen Santiago PTB

Deputado Chico Rafael PSB

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 15h30min

EFETIVOS:

Deputado Ivo José PT Presidente

Deputado Amílcar Martins PSDB Vice-Presidente

Deputado Agostinho PL
Silveira

Deputado Luiz Menezes PPS

Deputado Ronaldo PMDB
Canabrava

SUPLENTES:

Deputado Rogério Correia PT

Deputado João Leite PSDB

Deputado José Milton PL

Deputado Marco Régis PPS

Deputado Antônio Andrade PMDB

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO
E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 15 horas

EFETIVOS:

Deputado Álvaro Antônio PDT Presidente

Deputado Arlen Santiago PTB Vice-Presidente

Deputado Ivair Nogueira PMDB

Deputado Bilac Pinto PFL

Deputado Dinis Pinheiro PSD

SUPLENTES:

Deputado Alencar da PDT
Silveira Júnior

Deputado Olinto Godinho PTB

Deputado José Henrique PMDB

Deputado Alberto Bejani PFL

Deputado Djalma Diniz PSD

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA E
COMÉRCIO

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 15 horas

EFETIVOS:

Deputado Fábio Avelar PPS Presidente

Deputada Elbe Brandão PSDB Vice-Presidente

Deputado Márcio Cunha PMDB

Deputado João Pinto PTB
Ribeiro

Deputado Alberto Bejani PFL

SUPLENTES:

Deputado Marco Régis PPS

Deputado Amilcar Martins PSDB

Deputado Dimas Rodrigues PMDB

Deputado Ambrósio Pinto PTB

Deputado Bilac Pinto PFL

1 - ATAS

1.1 - 90ª Reunião Extraordinária

1.2 - Reuniões de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

ATAS

ATA DA 90ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 4/5/2000

Presidência do Deputado Anderson Adauto

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): Palavras do Sr. Presidente - Chamada para verificação de "quorum"; inexistência de número regimental para votação; chamada para verificação de "quorum"; existência de número regimental para votação - Discussão e Votação de Proposições: Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 786/2000; requerimento do Deputado Márcio Kangussu; deferimento; discursos dos Deputados Márcio Kangussu, Durval Ângelo, João Batista de Oliveira, Rogério Correia, Marco Régis, Maria José Haueisen, Sebastião Costa, Carlos Pimenta, Bené Guedes, Mauro Lobo e Fábio Avelar; votação do projeto, salvo emendas; aprovação; votação das Emendas nºs 1 a 4; aprovação - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Anderson Adauto - José Braga - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Gil Pereira - Agostinho Patrús - Ailton Vilela - Alberto Pinto Coelho - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Antônio Carlos Andrada - Bené Guedes - Bilac Pinto - Cabo Moraes - Carlos Pimenta - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Viana - Edson Rezende - Elaine Matozinhos - Elbe Brandão - Ermano Batista - Fábio Avelar - Geraldo Rezende - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Ivair Nogueira - Ivo José - João Batista de Oliveira - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Haueisen - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Mauro Lobo - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Rêmo Aloise - Rogério Correia - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Wanderley Ávila.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Adauto) - Às 9h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Gil Pereira, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência, antes de dar continuação aos trabalhos, comunica aos Deputados que autorizou o Diretor-Geral a proceder a estudos, com urgência, para se fazerem investimentos, cuja indicação a Presidência já havia recebido da assessoria da Casa, para as mudanças necessárias no painel a fim de torná-lo mais rápido nas respostas nos processos de votação. Solicitou também à assessoria da Mesa que faça estar presente em todas as reuniões um técnico da Casa que cuide do painel, para que não necessitemos passar pelo processo pelo qual passamos ontem.

A Presidência deseja agradecer o voto de confiança de todos os Deputados, em especial do ex-Presidente da Casa Deputado Agostinho Patrús, reconhecendo a forma com que sempre conduziu os trabalhos nesta Casa, e dizer que reconhece que houve certo exagero desta Presidência nos comentários feitos ontem.

A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados, para verificação de "quorum".

O Sr. Secretário (Deputado Gil Pereira) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 38 Deputados. Não há "quorum" para votação. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda a nova chamada dos Deputados, para verificação de "quorum".

O Sr. Secretário (Deputado Gil Pereira) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 34 Deputados, que, somados aos 5 em reuniões de comissão, perfazem o total de 39 presentes. Há número regimental para votação.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 786/2000, do Governador do Estado, que autoriza o Estado a contratar colaboração financeira para os fins que menciona e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 4, que apresenta. A Comissão de Meio Ambiente opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 a 4, apresentadas pela Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu o prazo para emitir parecer. O projeto teve a sua inscrição encerrada na reunião ordinária realizada em 2/5/2000, nos termos do art. 274 do Regimento Interno. No decorrer da discussão, foi apresentada ao projeto emenda do Deputado Márcio Kangussu, a qual recebeu o nº 5. Nos termos do § 1º do art. 208, c/c o art. 211, do Regimento Interno, a Presidência designou relator em Plenário o Deputado Durval Ângelo para emitir parecer sobre a emenda. Vem à Mesa requerimento do Deputado Márcio Kangussu em que solicita a retirada de tramitação da Emenda nº 5. A Presidência defere o requerimento, de conformidade com o inciso VIII do art. 232 do Regimento Interno. Com a palavra, para encaminhar a votação do projeto, o Deputado Márcio Kangussu.

O Deputado Márcio Kangussu* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, não obstante considerar pertinente e necessária nossa emenda, devo admitir que, ao elaborar esse projeto, o IEF teve o cuidado de tratar da recuperação da mata Atlântica e, a nosso ver, não poderia, de forma nenhuma, deixar de olhar para o rio Jequitinhonha, que está agonizante, constituindo, assim, um dos problemas sociais mais graves para o território mineiro.

Ontem, o Vice-Líder do Governo, Deputado Rogério Correia, colocou-nos em reunião com os Diretores do IEF, que assumiram conosco compromisso de elaborar projeto específico para a recomposição das matas ciliares ao longo do rio Jequitinhonha. Por acreditar nos técnicos e Diretores do IEF e por não querer ser empecilho ou retardar programa da maior relevância para o meio ambiente do País, já que se trata de corredor ecológico, vamos retirar nossa emenda. Chamamos, no entanto, a atenção desta Casa, com o aval do Vice-Líder do Governo, para o fato de que devemos cobrar uma ação imediata do IEF e do Governo do Estado em relação ao rio Jequitinhonha e a todo o vale.

Tenho certeza de que o Deputado Durval Ângelo iria dar parecer favorável, porque esse foi um dos itens da campanha do Presidente de honra do PT, candidato a Presidente da República, quando visitou o vale do Jequitinhonha.

Concluindo, Sr. Presidente, quero deixar bem claro, sobretudo para a população do vale do Jequitinhonha, que só estamos retirando nossa emenda em face do compromisso do IEF de implantar urgentemente um programa de recomposição das matas ciliares do rio Jequitinhonha. Acreditamos nesses técnicos e não queremos retardar programa de tão grande importância.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação do projeto, o Deputado Durval Ângelo.

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, o projeto é importante e fundamental para a recuperação da mata Atlântica no Estado de Minas Gerais, e a preocupação do relator é grande com relação às matas ciliares localizadas no vale do Jequitinhonha.

O Presidente de honra do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a Caravana da Cidadania realizada no vale do Jequitinhonha, assumiu o compromisso de criar um projeto próprio de recuperação do rio Jequitinhonha e de suas matas ciliares, caso seja eleito Presidente da República. Também o Governador Itamar Franco vem dando a devida importância ao vale, tanto é que o Programa Bolsa-Escola priorizou, num primeiro momento, somente a região do Vale do Jequitinhonha. Somos favoráveis ao projeto.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação do projeto, o Deputado João Batista de Oliveira.

O Deputado João Batista de Oliveira - Sr. Presidente, ao encaminhar este projeto, gostaria de comentar que o compromisso assumido pelo nosso candidato da época, o Lula, a Presidente da República está sendo cumprido, por meio do governo paralelo. Ele sempre teve a idéia de um governo paralelo. Agora, o compromisso com o Jequitinhonha pode ser resgatado.

Quero encaminhar favoravelmente a esse projeto, porque são investimentos a fundo perdido, e é o reconhecimento internacional da seriedade com que o Brasil tem conduzido a restauração e a preservação de rios.

O Banco alemão jamais liberaria recursos não fossem sérios os projetos elaborados por técnicos competentes e a política do Governo para implantá-los.

Sr. Presidente, gostaria de fazer uma ressalva, porque, no ano passado, como Presidente da Comissão de Agropecuária, ocupei esta tribuna e tive de implorar ao IEF e ao Secretário de Meio Ambiente os projetos para a liberação dos recursos desse mesmo Banco, a fundo perdido, para os produtores de frutas do vale do Jequitinhonha.

O Deputado Márcio Kangussu participou dessa luta como um dos mais legítimos representantes do vale do Jequitinhonha nesta Casa e é testemunha disso. O Governo do Estado tributou os pequenos produtores de frutas, por meio do IEF e da Secretaria do Meio Ambiente, em R\$3.000,00, para a elaboração de um projeto técnico de irrigação de um hectare. Demoramos de março a dezembro, o dinheiro seria devolvido em dezembro. Em dezembro, a Secretaria de Meio Ambiente e o IEF entenderam por bem liberar os produtores dessa taxa.

Vale ressaltar que há dois meses esse projeto tramita nesta Casa, que vem recebendo críticas por retardar sua apreciação. No ano passado, projeto dessa mesma natureza teve a apreciação retardada por 10 meses, pelo IEF e pela Secretaria de Meio Ambiente. Minas Gerais quase perdeu dinheiro. Isso nos leva a supor que o IEF prioriza a preservação, mas não a produção, porque, no ano passado, o dinheiro era para a irrigação de frutas, o projeto atual é para a preservação.

Para os organismos internacionais, a primeira impressão é a que fica. No ano passado, a primeira impressão não foi boa. Esse Banco, num gesto de boa-vontade, ainda está disposto a continuar investindo em Minas Gerais. É necessário que esta Casa aprove o projeto, para apagar, junto a esse organismo internacional, a má impressão que ficou do ano passado, do desinteresse do Governo do Estado. Gostaria de solicitar aos colegas que encaminhassem pela aprovação do projeto. É importante continuarmos a trazer recursos internacionais para projetos tão nobres como esse. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação do projeto, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia* - Sr. Presidente, quero encaminhar favoravelmente ao projeto e enaltecer a atitude do Deputado Márcio Kangussu pela preocupação com o vale do Jequitinhonha. A preservação do rio Jequitinhonha é muito importante. A Deputada Maria José Hauelsen e outros Deputados que conhecem bem a região têm preocupação constante em desenvolver projetos para a recuperação do rio e de suas margens.

Gostaria de enaltecer a atitude do Deputado em compreender a necessidade de que isso ocorra em outros projetos e não nesse que especificamente trata da conservação e preservação da mata Atlântica. É um projeto importante do IEF, que vem merecendo estudos desde 1988, que podem se concretizar com a aprovação desse projeto aqui na Assembléia. Gostaria de solicitar de todos os Deputados, independentemente da posição partidária, o apoio a um projeto que, certamente, é de interesse do povo de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação do projeto, o Deputado Marco Régis.

O Deputado Marco Régis - O nosso partido já se expressou por meio do Deputado Márcio Kangussu, e quero me solidarizar com esse bravo companheiro, não só pela emenda que

buscava privilegiar a recuperação de matas ciliares do rio Jequitinhonha, mas também pela relevância com que ele se conduz neste momento, retirando a emenda para facilitar a aprovação do projeto.

Em segundo lugar, quero me congratular com o Deputado João Batista de Oliveira e com o próprio Deputado Márcio Kangussu, pela sua luta na Comissão de Agropecuária, no que tange ao empréstimo por ele aqui referido, no ano passado, luta da qual sou testemunha, porque também sou o Deputado mais votado na cidade de Berilo, no vale do Jequitinhonha. E fazemos política nessa cidade não como pára-quadista, mas como um parlamentar que busca conhecer todo o Estado de Minas Gerais. Vou ao vale do Jequitinhonha para fazer política estritamente em Berilo, deixando de fazê-la em quaisquer cidades circunvizinhas, para mostrar que, sendo contrário ao voto distrital, sinto-me um Deputado do Estado de Minas Gerais e posso conhecer a realidade do Norte de Minas e de todas as regiões do Estado.

No caso, o Deputado João Batista de Oliveira tem toda a razão, porque mais de duas dezenas de projetos de fruticultura em Berilo ficaram entravados no BDMG durante todo o ano passado, em razão de taxas elevadas cobradas pelo IBAMA e pelo IEF, as quais quase correspondiam ao valor do empréstimo. Os empréstimos para pequenos produtores, ao darem entrada no IEF ou no IBAMA, tinham valores quase semelhantes ao empréstimo.

Nessa batalha, a Comissão de Agropecuária conseguiu atenuar esses óbices burocráticos, e hoje já começam a ser liberados os primeiros recursos para os produtores do vale do Jequitinhonha. Por isso, somos favoráveis também a esse projeto, que prevê o investimento de um Banco como o KfW alemão para a recuperação da mata atlântica e que é muito importante não só para Minas Gerais, como para o Brasil e para todo o planeta. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação do projeto, a Deputada Maria José Haueisen.

A Deputada Maria José Haueisen - Sr. Presidente, Srs. Deputados, alegre-me saber que as coisas começam a mudar e que realmente uma preocupação se concretiza em atos para garantir a recuperação do vale do Jequitinhonha. Também cumprimentamos o Deputado Márcio Kangussu, que teve uma preocupação justa, mas entendeu que a sua emenda poderia atrasar e prejudicar a proposta dos alemães de mandar para a região do Jequitinhonha uma verba de DM15.000.000,00 a fundo perdido para esse trabalho de recuperação da mata atlântica.

Alegre-me saber que estamos agora com a possibilidade de trabalhar com seriedade pelo Jequitinhonha. Isso pode diminuir a nossa angústia e a nossa preocupação em razão do que temos acompanhado, sobretudo na CPI das Barragens, em que vimos que o dinheiro público foi jogado pelo ralo em superfaturamentos, superdimensionamentos, em desperdício na construção dessas barragens.

Foi de estarrecer quando, de maneira mais detalhada, fomos conversando com todos os órgãos responsáveis pela construção das barragens no vale do Jequitinhonha, nos anos de 1995 e 1996 e depois, numa segunda etapa, em 1997 e 1998.

O povo continua, em sua maioria, sem água, sofrendo, e o dinheiro desapareceu. Esses DM15.000.000,00 que estão chegando para a preservação da mata atlântica certamente serão bem encaminhados e bem aproveitados para garantir o reflorestamento e um pouco mais de água para o vale do Jequitinhonha.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação do projeto, o Deputado Sebastião Costa.

O Deputado Sebastião Costa - Sr. Presidente, Srs. Deputados, pretendo ser sintético em minhas afirmações. Gostaria apenas de ressaltar, em nome do meu partido e até mesmo do PSDB, já que o Deputado Hely Tarquínio credenciou-me para fazê-lo, que estamos mantendo a nossa coerência. Quando o projeto é de interesse do Estado, votamos favoravelmente. Entendo que esse projeto é importante e que a questão da mata atlântica, mais que financeira, chega a ser pedagógica. Espero que o Governo exerça os dois papéis simultaneamente para que os recursos, de fato, sejam bem empregados e para que a mata atlântica seja revitalizada, dentro de suas possibilidades.

Assim sendo, Sr. Presidente, mantemos a nossa coerência. O projeto é interessante, é importante para o Estado, portanto, votaremos favoravelmente a ele.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação do projeto, o Deputado Carlos Pimenta.

O Deputado Carlos Pimenta* - Sr. Presidente, quero também, em nome do PSDB, manifestar nosso apoio a esse projeto. Faço minhas as palavras do Deputado Sebastião Costa. Embora tenhamos pela frente o desafio de fazer o contraponto ao Governo Itamar Franco, nesta Casa, como partidos de oposição - PSDB e PFL -, também temos a obrigação de dar nosso apoio às matérias que verdadeiramente beneficiam o Estado, principalmente as regiões mais desassistidas, como o Norte de Minas e o vale do Jequitinhonha.

Lamento apenas a impossibilidade técnica de apresentar a sua emenda, anunciada pelo Deputado Márcio Kangussu. O rio Jequitinhonha tem um percurso que se insere dentro da extinta mata atlântica no Estado de Minas Gerais. As suas margens outrora foram uma continuação da vasta floresta da costa atlântica brasileira. É importante, Márcio, que se faça também um programa de revitalização do rio Jequitinhonha. Ontem mesmo, tive o prazer de ser indicado relator de uma comissão especial que vai promover estudos sobre a transposição das águas do rio São Francisco. Algumas organizações não governamentais já estão se formando em defesa do rio São Francisco. E o rio Jequitinhonha, que conheço bem e que V. Exa. conhece melhor que todos nós, infelizmente ainda não tem programa específico visando a recomposição de sua mata ciliar, para frear o processo de entupimento do rio, que acontece por causa dos garimpos que existem em suas margens. A sua degradação acontece também por causa dos esgotos que são jogados dentro do rio.

Então, Márcio, quero testemunhar nesta Casa, diante do povo de Minas Gerais, a sua preocupação com o problema. Embora nesta primeira investida não tenha sido tecnicamente possível destinar 20% dos recursos para a recomposição da mata ciliar do rio Jequitinhonha, gostaria que V. Exa. insistisse e persistisse nesse caminho. É necessário que uma voz se eleve. E a sua voz é a voz de um autêntico representante do vale do Jequitinhonha. Pode contar conosco, com seus companheiros do Norte de Minas e todos os Deputados, para que possamos, a exemplo do que já acontece com o rio São Francisco, iniciar um trabalho sério em favor do rio Jequitinhonha.

Quero cumprimentar o Governador e, na verdade, fico feliz, porque é a abertura do capital internacional para Minas Gerais. Talvez sejam os primeiros recursos de capital estrangeiro que entram em Minas Gerais após o decreto da moratória, no início do Governo Itamar Franco. Espero que S. Exa. possa entender que recursos internacionais são importantes. Temos recursos para o Projeto Jaíba, para o projeto de capacitação dos professores de Minas Gerais, para o metrô. Enfim, há muito dinheiro de fora querendo vir para Minas. Vejo com bons olhos essa abertura, essa iniciativa do Governo Itamar Franco de abrir a possibilidade de esses recursos voltarem para Minas. A Bancada do PSDB apóia esse projeto. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação do projeto, o Deputado Bené Guedes.

O Deputado Bené Guedes - Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de expressar, em nome da Bancada do PDT, o nosso apoio a esse projeto de alta relevância para Minas Gerais, uma vez que a recuperação da mata atlântica é vital para o nosso Estado. A vinda de uma grande verba de origem internacional representa para nós um grande oxigênio. Espero que o Governo cumpra o seu papel, e nós, do PDT, estamos solidários com as palavras ditas em favor do Deputado Márcio Kangussu, que teve um gesto de desprendimento para podermos agilizar a aprovação desse projeto. Apoiamos as palavras proferidas pelos Deputados João Batista de Oliveira e Marco Régis. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação do projeto, o Deputado Mauro Lobo.

O Deputado Mauro Lobo* - Sr. Presidente, queremos, também, trazer o nosso apoio ao Projeto de Lei nº 786/2000. Principalmente nós, que fazemos parte da CIPE-Rio Doce, temos acompanhado a real situação de degradação da mata Atlântica e, quando vemos a possibilidade de recursos para investir nessa área, só podemos apoiar. Essa área ambiental é tão importante para o País, que, ontem, discutimos, no Ministério do Meio Ambiente, a situação de Minas Gerais e ficamos sabendo que, no próprio orçamento do Governo Federal, 52% das emendas referem-se a problemas ambientais, como saneamento e recomposição da mata Atlântica, de matas ciliares e outras. Daí a importância desse projeto.

Ao mesmo tempo que apoiamos esse projeto do Governador, queremos, também, fazer um apelo para que o Governo de Minas apresse a liberação dos recursos da Vale do Rio Doce - são quase 200 municípios que serão beneficiados - e para que o Governador determine o apressamento do convênio com o Governo Federal para que o projeto de eletrificação rural tenha bom andamento. Não podemos, em nosso Estado, ficar protelando ações que trarão benefícios imediatos para o nosso povo. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação do projeto, o Deputado Fábio Avelar.

O Deputado Fábio Avelar - Sr. Presidente, não poderíamos deixar de manifestar o nosso apoio a esse importantíssimo projeto. Nós, que temos ligação com a área ambiental há mais de 27 anos, sabemos da importância desse projeto e aqui estamos para apoiá-lo na sua totalidade. Aqui estamos também para, nesta oportunidade, como Deputado votado no vale do Jequitinhonha, prestar nossa solidariedade a esse Deputado que representa tão bem a região do vale do Jequitinhonha, por sua luta em favor daquele rio que está em condições precárias. Portanto, Deputado Márcio Kangussu, estamos ao seu lado, nessa luta pela recuperação daquele importante rio. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Em votação, o projeto, salvo emendas. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as Emendas nºs 1 a 4, que receberam parecer pela aprovação. Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 786/2000 com as Emendas nºs 1 a 4. À Comissão de Redação.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica de plano a inexistência de "quorum" para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 2ª REUNIÃO Especial da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia dois de maio de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ambrósio Pinto, Ailton Vilela, José Henrique e Wanderley Ávila, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ambrósio Pinto, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ailton Vilela, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a eleger o Vice-Presidente da Comissão. A seguir, determina a distribuição das cédulas de votação aos Deputados e convida o Deputado Ailton Vilela para atuar como escrutinador. Apurada a votação, a Presidência proclama eleito, para Vice-Presidente, o Deputado Wanderley Ávila, com quatro votos. Em seguida, declara empossado na Vice-Presidência o Deputado Wanderley Ávila. Com a palavra, o parlamentar agradece a confiança nele depositada. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de maio de 2000.

Ambrósio Pinto, Presidente - Wanderley Ávila - José Henrique - Ailton Vilela.

ATA DA 3ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Às dez horas do dia dois de maio de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ambrósio Pinto, Wanderley Ávila, Ailton Vilela e José Henrique, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ambrósio Pinto, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado José Henrique, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matérias da Comissão. Encerrada esta fase, o Deputado José Henrique procede à leitura de documento contendo informação prestada pela Área de Consultoria Temática desta Casa sobre ofício do Sr. Miguel Galeppe Faral, de Belo Horizonte, referente criação de município com a denominação de Santa Eulália. Após discutida, a Presidência determina seja enviada cópia do documento ao interessado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece o comparecimento dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de maio de 2000.

Ambrósio Pinto, Presidente - Wanderley Ávila - Ailton Vilela.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia DA 136ª reunião ordinária, EM 10/5/2000

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Requerimento nº 1.107/2000, do Deputado Pastor George, solicitando ao Secretário de Indústria e Comércio os levantamentos realizados sobre os danos causados pelas chuvas no Sul de Minas, neste início de ano, nas indústrias do segmento eletrônico e os planos e estratégias de recuperação. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 1.108/2000, do Deputado Pastor George, pedindo informações ao Secretário da Educação sobre a possibilidade da realização de concurso público para o provimento de cargos de professor do Quadro do Magistério Estadual. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 1.131/2000, do Deputado Amílcar Martins, em que pede informações ao Diretor-Geral do DER-MG sobre a relação dos municípios atingidos pelas enchentes e quais receberão atendimento prioritário, além de outras sobre o assunto que menciona. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 1.132/2000, do Deputado Amílcar Martins, solicitando informações ao Secretário da Casa Civil sobre a relação dos municípios do Estado atingidos pelas enchentes e os que serão atendidos prioritariamente, além de outras que especifica. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 1.145/2000, do Deputado Sebastião Costa, solicitando a transcrição nos anais da Casa do artigo "Milton, ontem e hoje", publicado no jornal "Estado de Minas", na data que menciona, em comemoração do centenário do Dr. Milton Campos. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Prosseguimento da votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.309, que altera dispositivos da Lei nº 11.744, de 16/1/95. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Prosseguimento da votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 427/99, do Deputado Ronaldo Canabrava, que institui a Semana de Combate ao Alcoolismo no Estado. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Saúde opinou pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresentou, ao Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Saúde, que opina pela rejeição da Emenda nº 2.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 1/99, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que dá nova redação ao art. 69 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opinou pela aprovação da proposta. Emendada em Plenário, voltou a proposta à Comissão Especial, que opina pela aprovação do Substitutivo nº 1.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 4/99, do Deputado Gil Pereira, que dá nova redação ao "caput" do art. 201 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opinou pela aprovação da proposta com a Emenda nº 1, que apresentou. Emendada em Plenário, voltou a proposta à Comissão Especial, que opina pela rejeição da Emenda nº 2.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19/99, do Deputado Edson Rezende, que altera dispositivos da Constituição do Estado referentes ao Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 23/99, do Deputado Rogério Correia, que acrescenta inciso ao art. 62 da Constituição do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26/99, do Deputado Rogério Correia, que dá nova redação ao parágrafo único do art. 34 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 11/99, da Deputada Maria José Hauelsen, que institui procedimentos especiais para prevenção e detecção das lesões por esforços repetitivos - LER. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresentou. As Comissões de Saúde e de Fiscalização Financeira opinaram por sua aprovação com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Saúde, que opina pela aprovação da Emenda nº 3 na forma da Subemenda nº 1, ficando prejudicadas as Emendas nºs 1, da Comissão de Justiça, e 3, apresentada em Plenário.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 37/99, do Deputado Rogério Correia, que dispõe sobre a criação de cães no Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Direitos Humanos opinou por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresentou. A Comissão de Saúde opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, da Comissão de Direitos Humanos, e a Emenda nº 2, que apresentou. A Comissão de Meio Ambiente opinou por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2, apresentadas, respectivamente, pelas Comissões de Direitos Humanos e de Saúde. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Saúde, que opina pela rejeição da Emenda nº 3.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 42/99, do Deputado José Milton, que dispõe sobre critério do Valor Adicionado Fiscal - VAF -, na situação que especifica. As Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira perderam o prazo para emitir parecer. Designado como relator em Plenário, o Deputado Antônio Carlos Andrada opinou pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresentou.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 88/99, do Deputado Hely Tarquínio, que institui o parcelamento de multas em atraso decorrentes de infrações de trânsito no Estado. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opinou por sua aprovação com as Emendas nºs 1 a 3, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Administração Pública, que opina pela rejeição da Emenda nº 4 e do Substitutivo nº 2.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 479/99, do Deputado Alberto Bejani, que autoriza o Poder Executivo a conceder ao servidor público inativo o direito à percepção de proventos com base no vencimento correspondente à jornada de 40 horas semanais. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresentou. A Comissão de Administração Pública opinou por sua aprovação com a Subemenda nº 1, que apresentou, à Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu o prazo para emitir parecer. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Administração Pública, que opina pela aprovação das Emendas nºs 2 e 3 e da Emenda nº 4, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 24/99, do Deputado Paulo Piau, que acrescenta dispositivos ao art. 161 e ao art. 199 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 28/99, do Deputado José Braga, que dá nova redação ao art. 31, II, da Constituição Estadual. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 916/2000, da Comissão de Justiça, que delega ao Governador do Estado atribuição para elaborar leis delegadas dispondendo sobre a revisão da remuneração dos servidores públicos estaduais e a reestruturação de carreiras e quadros de pessoal das administrações direta e indireta do Poder Executivo.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 29/99, do Deputado Márcio Kangussu, que altera a Lei nº 11.085, de 30/4/93. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela

aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 67/99, do Deputado Bilac Pinto, que altera a alíquota do ICMS nas operações de fornecimento de energia elétrica para consumo residencial. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 112/99, do Deputado Antônio Carlos Andrada, que altera a composição do Conselho Estadual de Assistência Social. As Comissões de Justiça e de Administração Pública perderam o prazo para emitir parecer. A Comissão do Trabalho opina pela rejeição do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 142/99, da Deputada Maria José Hauelsen, que define direitos e obrigações dos usuários do transporte rodoviário intermunicipal de passageiros. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Defesa do Consumidor opina por sua aprovação. A Comissão de Transporte opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Transporte, e as Emendas nºs 2 a 4, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 148/99, do Deputado Antônio Carlos Andrada, que dispõe sobre a publicação de matérias no "Minas Gerais". A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 157/99, do Deputado Ermano Batista, que dispõe sobre o pagamento da remuneração dos servidores públicos e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu o prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 160/99, da Deputada Maria Olívia, que concede passe livre no transporte coletivo intermunicipal do Estado aos Oficiais de Justiça e Comissários de Menores e dá outras providências. A Comissão de Justiça perdeu o prazo para emitir parecer. A Comissão de Transporte opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 162/99, do Deputado Ronaldo Canabrava, que dispõe sobre o parcelamento, pelo Estado, de débitos do IPVA. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 167/99, da Deputada Elaine Matozinhos, que institui normas para o atendimento pelo SUS, nos casos que menciona, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, na forma da Subemenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu o prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 168/99, da Deputada Elaine Matozinhos, que dispõe sobre o oferecimento do serviço de orientação e prevenção ao câncer cérvico-uterino e de mama no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Saúde e de Fiscalização Financeira perderam o prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 180/99, da Deputada Maria Olívia, que institui a meia-entrada para doadores regulares de sangue em locais que menciona e dá outras providências. A Comissão de Justiça perdeu o prazo para emitir parecer. A Comissão de Saúde opina pela rejeição do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 185/99, do Deputado Ermano Batista, que reduz a alíquota do ICMS em operações internas destinadas ao comércio. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Turismo opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela rejeição do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 191/99, da Deputada Maria Olívia, que dispõe sobre a concessão de incentivo às empresas que possuam empregados com idade igual ou superior a 40 anos. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões do Trabalho e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 193/99, do Governador do Estado, que cria o Instituto Mineiro do Café. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira perderam o prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 202/99, da Deputada Maria Olívia, que dispõe sobre reserva de recursos públicos destinados à habitação, em benefício da mulher sustentáculo de família, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão do Trabalho opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão do Trabalho.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 224/99, do Deputado Rogério Correia, que obriga os servidores das delegacias de polícia a informarem às vítimas de estupro sobre o direito de aborto legal. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Saúde opina pela rejeição do projeto. As Comissões de Direitos Humanos e de Fiscalização Financeira perderam o prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 283/99, do Deputado Márcio Kangussu, que autoriza o DER-MG a doar ao Município de Jequitinhonha os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 298/99, do Deputado Mauro Lobo, que cria processo seletivo simplificado para os casos de contratação por tempo determinado para exercício de função pública, sob a forma de contrato de direito administrativo. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu o prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 303/99, da Deputada Maria Olívia, que institui o Programa de Atendimento Domiciliar a Idosos e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, e as Emendas nºs 2 e 3, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1, da Comissão de Justiça; 2 e 3, da Comissão do Trabalho. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça; a Emenda nº 2, da Comissão do Trabalho, e as Emendas nºs 4 e 5, que apresenta, ficando prejudicada a Emenda nº 3, da Comissão do Trabalho.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 328/99, do Deputado Márcio Kangussu, que altera a redação do § 1º do art. 1º da Lei nº 6.194, de 26/11/73. As Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira perderam o prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 332/99, do Deputado Dimas Rodrigues, que cria o Fundo Estadual de Crédito Educativo - FECE - e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 4, que apresenta. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 4, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela rejeição do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 362/99, do Deputado Alencar da Silveira Júnior, que autoriza o Estado a assumir a gestão e a manutenção dos trechos rodoviários que menciona. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Transporte opina por sua aprovação na

forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, ficando prejudicada a Emenda nº 1.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 365/99, do Deputado Pastor George, que dispõe sobre a associação do Poder Executivo com entidades civis sem fins lucrativos para conceder créditos a empreendedores e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 372/99, da Deputada Maria Tereza Lara, que dispõe sobre os direitos dos usuários dos serviços e das ações de saúde no Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 10, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 6, 9 e 10, da Comissão de Justiça, e as Emendas nºs 11 a 17, que apresenta; e pela rejeição das Emendas nºs 7 e 8, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 6, 9 e 10, da Comissão de Justiça; as Emendas nºs 11 a 17, da Comissão de Saúde, e as Emendas nºs 18 a 24, que apresenta; e pela rejeição das Emendas nºs 7 e 8, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 389/99, do Deputado Pastor George, que cria a Ouvidoria do Sistema Penitenciário do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta; e pela rejeição do Substitutivo nº 1.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 393/99, do Deputado Sargento Rodrigues, que acrescenta disposições à Lei nº 11.404. A Comissão de Justiça perdeu o prazo para emitir parecer. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 4, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta; e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 4, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 402/99, do Deputado Pastor George, que estabelece condição para empresas de transporte coletivo intermunicipais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, que apresenta. A Comissão de Transporte opina pela rejeição do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 411/99, do Deputado Eduardo Brandão, que determina a obrigatoriedade de se dar ampla publicidade aos editais de concurso e de designação de professores e servidores de escolas estaduais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 445/99, do Deputado Edson Rezende, que dispõe sobre a implantação de agrovilas no Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 7, que apresenta. A Comissão de Política Agropecuária opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ficando prejudicadas as Emendas nºs 1 a 7, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Política Agropecuária, com as Emendas nºs 8 e 9, que apresenta, ficando prejudicadas as Emendas nºs 1 a 7, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 482/99, do Deputado Eduardo Hermeto, que altera os arts. 3º e 4º da Lei nº 11.396, de 6/1/94. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 493/99, do Deputado Chico Rafael, que dispõe sobre a colocação de produtos em sacos plásticos por comerciantes varejistas e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Turismo perdeu o prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 502/99, do Deputado Alencar da Silveira Júnior, que autoriza o Poder Executivo a criar concessão especial de recolhimento do ICMS para malharias de Jacutinga e Monte Sião. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. As Comissões de Turismo e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 513/99, dos Deputados João Paulo, Elaine Matozinhos e Dalmo Ribeiro Silva, que dispõe sobre a fiscalização do envasilhamento, comercialização e distribuição de gás liquefeito de petróleo. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Defesa do Consumidor e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 518/99, do Deputado Paulo Piau, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu o prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 520/99, do Deputado Ermano Batista, que torna obrigatória a inserção da matéria Noções de Direitos Humanos em concursos públicos e cursos internos de órgãos da administração do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 530/99, da Deputada Maria Olívia, que autoriza o Poder Executivo a reduzir a carga tributária incidente sobre o óleo diesel. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela rejeição do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 531/99, do Deputado Paulo Piau, que modifica dispositivos da Lei nº 12.989, de 30/7/98, alterada pela Lei nº 13.243, de 23/6/99. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Agropecuária opina por sua aprovação. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 536/99, do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, que autoriza a UEMG a receber a Escola Superior de Agronomia e Ciências de Machado como unidade associada. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Educação e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 538/99, da Deputada Elbe Brandão, que dispõe sobre a inclusão de estudos referentes à estrutura e ao funcionamento dos Poderes do Estado nas escolas de ensino fundamental. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Educação opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 a 7, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 7, da Comissão de Educação, e a Emenda nº 8, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 587/99, do Deputado Eduardo Hermeto, que altera dispositivos da Lei nº 12.733, de 30/12/97. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Educação e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 592/99, do Deputado Mauro Lobo, que dispõe sobre a reopção de candidatos classificados em concurso público para o cargo de Professor 1-A, do Quadro do Magistério. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 593/99, do Deputado Miguel Martini, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 596/99, do Deputado Anderson Aduato, que autoriza o Poder Executivo a doar à Ação Feminina de Assistência Social do Quarto Batalhão da Polícia Militar o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça perdeu o prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 603/99, do Deputado Chico Rafael, que estabelece normas básicas para a realização do censo dos portadores de deficiência e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça, e a Emenda nº 3, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça, e a Emenda nº 3, da Comissão do Trabalho.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 606/99, do Deputado Agostinho Silveira, que dispõe sobre informação da data do vencimento da carteira nacional de habilitação, a ser liberada pelo DETRAN-MG. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 627/99, da Deputada Maria Olívia, que acrescenta parágrafo ao art. 12 da Lei nº 6.763, de 26/12/75. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 775/99, da Deputada Elaine Matozinhos, que acrescenta dispositivos à Lei nº 12.666, de 4/11/97. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão do Trabalho opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 800/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que incentiva a instrução e a educação escoteira nas escolas públicas estaduais, por meio do Projeto Escotismo Escola. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 12/99, da Deputada Maria José Haueisen, que institui o transporte rodoviário intermunicipal alternativo de passageiros no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nº 1 a 4, que apresenta. A Comissão de Transporte opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ficando prejudicadas as Emendas nº 1 a 4, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 85/99, do Deputado Hely Tarquínio, que autoriza o Poder Executivo a transferir a entidades civis sem fins lucrativos a gestão de unidades públicas de saúde e dá outras providências. As Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira perderam o prazo para emitir parecer. Designado como relator em Plenário, o Deputado Antônio Júlio solicitou o prazo regimental para emitir parecer.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 40/99, do Deputado Doutor Viana, que autoriza a negociação do valor de parcelas remuneratórias dos servidores a que se refere a Lei nº 10.470, de 15/4/91. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 36ª reunião ordinária da comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, a realizar-se às 10 horas do dia 10/5/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 639/99, do Deputado Fábio Avelar; 730/99, da Deputada Elaine Matozinhos; 839/2000, do Governador do Estado.

Requerimentos nºs 1.293, 1.294 e 1.306/2000, da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia; 1.307/2000, da Deputada Maria Olívia; 1.309 e 1.310/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.321/2000, da Deputada Maria Olívia; 1.335/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.347/2000, do Deputado Luiz Menezes; 1.350/2000, do Deputado Márcio Cunha; 1.351/2000, da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia.

Finalidade: ouvir sugestões para melhorar o ensino e a atual estrutura escolar, com a presença do seguinte convidado: Sr. Mário de Assis, Presidente da Federação das Associações de Pais e Alunos das Escolas Públicas de Minas Gerais.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 38ª reunião ordinária da comissão de Saúde, a realizar-se às 9h30min do dia 11/5/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 46/99, do Deputado Adelmo Carneiro Leão; 798/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 844/2000, da Deputada Maria Olívia.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 791/2000, do Deputado Luiz Fernando Faria.

Requerimentos nºs 1.287/2000, do Deputado Gil Pereira; 1.302/2000, da Comissão de Direitos Humanos; 1.311 e 1.312/2000, da Comissão de Saúde; 1.317/2000, do Deputado Edson Rezende.

Finalidade: debater o tema "Atendimento de Urgência e Emergência na Região Metropolitana de Belo Horizonte".

Convidados: Srs. Adelmo Carneiro Leão, Secretário de Estado da Saúde; Maria do Socorro Alves Lemos, Secretária Municipal de Saúde de Belo Horizonte; Luís Fernando Rolim Sampaio, Secretário Municipal de Saúde de Contagem; Joaquim Antônio César Mota, Diretor-Geral do Hospital das Clínicas, e Celso Mello de Azevedo, Provedor da Santa Casa de Misericórdia.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Edital de Convocação

Reuniões Extraordinárias da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembléia para as 9 e as 20 horas do dia 10/5/2000, destinadas, a primeira, à apreciação do Veto à Proposição de Lei nº 14.309, que altera dispositivos da Lei nº 11.744, de 16/1/95, que cria o Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural; das Propostas de Emenda à Constituição nºs 1/99, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que dá nova redação ao art. 69 da Constituição do Estado; 4/99, do Deputado Gil Pereira, que dá nova redação ao "caput" do art. 201 da Constituição do Estado; 19/99, do Deputado Edson Rezende, que altera dispositivos da Constituição do Estado referentes ao Conselho Estadual de Educação; 23/99, do Deputado Rogério Correia, que acrescenta inciso ao art. 62 da Constituição do Estado; 24/99, do Deputado Paulo Piau, que acrescenta dispositivos ao art. 161 e ao art. 199 da Constituição Estadual; 26/99, do Deputado Rogério Correia, que dá nova redação ao parágrafo único do art. 34 da Constituição Estadual; e 28/99, do Deputado José Braga, que dá nova redação ao art. 31, II, da Constituição do Estado; e dos Projetos de Lei nºs 427/99, do Deputado Ronaldo Canabrava, que institui a Semana de Combate ao Alcoolismo no Estado; 11/99, da Deputada Maria José Hauiesen, que institui procedimentos especiais para prevenção e detecção dos casos de lesões por esforços repetitivos; 37/99, do Deputado Rogério Correia, que dispõe sobre a criação de câes no Estado e dá outras providências; 42/99, do Deputado José Milton, que dispõe sobre critério do Valor Adicionado Fiscal, na situação que especifica; 88/99, do Deputado Hely Tarquínio, que institui o parcelamento de multas em atraso decorrentes de infrações de trânsito no âmbito do Estado; 479/99, do Deputado Alberto Bejani, que autoriza o Poder Executivo a conceder a servidor público inativo o direito à percepção de proventos com base no vencimento correspondente à jornada de 40 horas semanais; 29/99, do Deputado Márcio Kangussu, que altera a Lei nº 11.085, de 30/4/93, que cria o Fundo SOMMA; 67/99, do Deputado Bilac Pinto, que altera a alíquota do ICMS nas operações de fornecimento de energia elétrica para consumo residencial; 112/99, do Deputado Antônio Carlos Andrade, que altera a composição do Conselho Estadual de Assistência Social; 142/99, da Deputada Maria José Hauiesen, que define direitos e obrigações dos usuários do transporte rodoviário intermunicipal de passageiros; 148/99, do Deputado Antônio Carlos Andrade, que dispõe sobre a publicação de matérias no "Minas Gerais"; 157/99, do Deputado Ermano Batista, que dispõe sobre o pagamento da remuneração dos servidores públicos e dá outras providências; 160/99, da Deputada Maria Olívia, que concede passe livre no transporte coletivo intermunicipal do Estado aos Oficiais de Justiça e Comissários de Menores e dá outras providências; 162/99, do Deputado Ronaldo Canabrava, que dispõe sobre o parcelamento de débitos do IPVA pelo Estado; 167/99, da Deputada Elaine Matozinhos, que institui normas para o atendimento pelo SUS, nos casos que especifica, e dá outras providências; 168/99, da Deputada Elaine Matozinhos, que oferece o serviço de orientação e prevenção ao câncer cérvico-uterino e de mama no Estado; 180/99, da Deputada Maria Olívia, que institui a meia-entrada para doadores regulares de sangue em locais que menciona e dá outras providências; 185/99, do Deputado Ermano Batista, que reduz a alíquota do ICMS em operações internas destinadas ao comércio; 191/99, da Deputada Maria Olívia, que dispõe sobre a concessão de incentivo às empresas que possuam empregados com idade igual ou superior a 40 anos; 193/99, do Governador do Estado, que cria o Instituto Mineiro do Café; 202/99, da Deputada Maria Olívia, que dispõe sobre reserva de recursos públicos destinados à habitação, em benefício da mulher sustentáculo de família e dá outras providências; 224/99, do Deputado Rogério Correia, que obriga os servidores das delegacias de polícia a informar às vítimas de estupro sobre o direito de aborto legal; 283/99, do Deputado Márcio Kangussu, que autoriza o DER-MG a doar ao Município de Jequitinhonha os imóveis que especifica; 298/99, do Deputado Mauro Lobo, que cria processo seletivo simplificado para os casos de contratação por tempo determinado para exercício de função pública, sob a forma de contrato de direito administrativo; 303/99, da Deputada Maria Olívia, que institui o Programa de Atendimento Domiciliar a Idosos e dá outras providências; 328/99, do Deputado Márcio Kangussu, que altera a redação do § 1º do art. 1º da Lei nº 6.194, de 26/11/73, que dispõe sobre a unidade de tesouraria e a execução financeira no Estado e dá outras providências; 332/99, do Deputado Dimas Rodrigues, que cria o Fundo Estadual de Crédito Educativo e dá outras providências; 362/99, do Deputado Alencar da Silveira Júnior, que autoriza o Estado a assumir a gestão e a manutenção dos trechos rodoviários que menciona; 365/99, do Deputado Pastor George, que dispõe sobre associação do Poder Executivo a entidades civis sem fins lucrativos para conceder créditos a empreendedores e dá outras providências; 372/99, da Deputada Maria Tereza Lara, que dispõe sobre os direitos dos usuários dos serviços e das ações de saúde no Estado e dá outras providências; 389/99, do Deputado Pastor George, que cria a Ouvidoria do Sistema Penitenciário do Estado; 393/99, do Deputado Sargento Rodrigues, que acrescenta disposições à Lei nº 11.404, que contém normas de execução penal; 402/99, do Deputado Pastor George, que estabelece condição para empresas de transporte coletivo intermunicipais; 411/99, do Deputado Eduardo Brandão, que determina a obrigatoriedade de ampla publicidade dos editais de concurso e de designação de professores e servidores das escolas estaduais; 445/99, do Deputado Edson Rezende, que dispõe sobre a implantação de agrovilas no Estado de Minas Gerais e dá outras providências; 482/99, do Deputado Eduardo Hermeto, que altera os arts. 3º e 4º da Lei nº 11.396, de 6/1/94, que cria o Fundo de Fomento e Desenvolvimento Socioeconômico do Estado de Minas Gerais; 493/99, do Deputado Chico Rafael, que dispõe sobre a colocação de produtos em sacos plásticos por comerciantes varejistas e dá outras providências; 502/99, do Deputado Alencar da Silveira Júnior, que autoriza o Poder Executivo a criar concessão especial de recolhimento do ICMS para malharias de Jacutinga e Monte Sião; 513/99, dos Deputados João Paulo, Elaine Matozinhos e Dalmo Ribeiro Silva, que dispõe sobre a fiscalização do envasilhamento, comercialização e distribuição de gás liquefeito de petróleo; 518/99, do Deputado Paulo Piau, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, no que se refere à redução da carga tributária nas operações com energia elétrica, na situação que menciona; 520/99, do Deputado Ermano Batista, que torna obrigatório a inserção da matéria Noções de Direitos Humanos em concursos públicos e cursos internos de órgãos da administração do Estado; 530/99, da Deputada Maria Olívia, que autoriza o Poder Executivo a reduzir a carga tributária do óleo diesel; 531/99, do Deputado Paulo Piau, que modifica dispositivos da Lei nº 12.989, de 30/7/98, alterada pela Lei nº 13.243, de 23/6/99, que trata do parcelamento de crédito tributário nas cooperativas; 536/99, do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, que autoriza a UEMG a receber a Escola Superior de Agronomia e Ciências de Machado como unidade associada; 538/99, da Deputada Elbe Brandão, que dispõe sobre a inclusão de estudos referentes à estrutura e ao funcionamento dos Poderes do Estado nas escolas de ensino fundamental; 587/99, do Deputado Eduardo Hermeto, que altera dispositivos da Lei nº 12.733, de 30/12/97, que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais com o objetivo de estimular a realização de projetos culturais no Estado; 592/99, do Deputado Mauro Lobo, que dispõe sobre a reopção de candidatos classificados no concurso público de Professor Nível I - Grau A, do Quadro do Magistério da rede estadual de ensino; 593/99, do Deputado Miguel Martini, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, e dá outras providências; 596/99, do Deputado Anderson Aduino, que autoriza o Poder Executivo a doar à Ação Feminina de Assistência Social do 4º Batalhão da Polícia Militar o imóvel que especifica; 603/99, do Deputado Chico Rafael, que estabelece normas básicas para a realização do censo do portador de deficiência e dá outras providências; 606/99, do Deputado Agostinho Silveira, que dispõe sobre informações sobre a data de vencimento da carteira nacional de habilitação a ser liberada pelo DETRAN-MG; 627/99, da Deputada Maria Olívia, que acrescenta parágrafo ao art. 12 da Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado, autorizando o Poder Executivo a reduzir a carga tributária do ICMS nas operações com produtos de couro industrializado; 775/99, da Deputada Elaine Matozinhos, que acrescenta dispositivos à Lei nº 12.666, de 4/11/97, que dispõe sobre a política estadual de amparo ao idoso e dá outras providências; 800/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que incentiva a instrução e a educação escoteira nas escolas públicas estaduais, por meio do projeto Escotismo Escola; 12/99, da Deputada Maria José Hauiesen, que institui o transporte rodoviário intermunicipal alternativo de passageiros no Estado; 85/99, do Deputado Hely Tarquínio, que autoriza o Poder Executivo a transferir a entidades civis sem fins lucrativos a gestão de unidades públicas de saúde e dá outras providências; e 40/99, do Deputado Doutor Viana, que autoriza a negociação do valor de parcelas remuneratórias dos servidores a que se refere a Lei nº 10.470, de 15/4/91; e à discussão e votação de pareceres de redação final; e, a segunda, à apreciação da matéria constante na pauta da primeira, acrescida do Projeto de Resolução nº 916/2000, da Comissão de Justiça, que delega ao Governador do Estado atribuição para elaborar leis delegadas dispoendo sobre a revisão da remuneração dos servidores públicos estaduais e a reestruturação de carreiras e quadros de pessoal das administrações direta e indireta do Poder Executivo; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 9 de maio de 2000

Anderson Aduino, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Mauro Lobo, Eduardo Hermeto, Irani Barbosa, Olinto Godinho, Rêmolio Aloise e Rogério Correia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 10/5/2000, às 10h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar o parecer sobre o Projeto de Resolução nº 916/2000, da Comissão de Constituição e Justiça, e, na 3ª Fase da Ordem do Dia, de se discutirem e votarem as proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 9 de maio de 2000.

Márcio Cunha, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Doutor Viana, Agostinho Patrús, Arlen Santiago, Chico Rafael, Sargento Rodrigues e Sebastião Navarro Vieira, membros da supracitada Comissão, para as reuniões a serem realizadas no dia 11/5/2000, às 10 horas, no Fórum Abelardo Pena, na Praça Sérgio Pacheco, s/nº, em Uberlândia, e às 16 horas, no Fórum Melo Viana, na R. Dr. Lauro Borges, 15, em Uberaba, com a finalidade de se discutir, em audiência pública, com a participação de diversos segmentos da sociedade e representantes do Tribunal de Justiça, do Tribunal de Alçada e da AMAGIS-MG, o Projeto de Lei Complementar nº 17/99, do Tribunal de Justiça, que contém a organização e a divisão judiciárias do Estado.

Sala das Comissões, 8 de maio de 2000.

Jorge Eduardo de Oliveira, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial da Loteria Mineira

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Ailton Vilela, Alberto Bejani, João Batista de Oliveira e José Henrique, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 11/5/2000, às 10h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 9 de maio de 2000.

Maria José Hauelsen, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 29/99

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Olinto Godinho, Maria Tereza Lara, João Paulo e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão, para a reunião a realizar-se no dia 17/5/2000, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutir, em audiência pública, a Proposta de Emenda à Constituição nº 29/99, que altera o "caput" do art. 209 da Constituição Estadual, com a presença dos seguintes convidados: Srs. Ângelo Oswaldo de Araújo Santos, Secretário da Cultura; Flávio de Lemos Carsalade, Presidente do IEPHA; Leonardo Castriota, Presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil - IAB-MG -; Humberto Agrícola Barbie, José Rubens, Lucas Roberto, Luiz Fernando, Marcos Moysés, Geraldo Ribeiro, Gabriel Pereira e Dirceu Xavier; das Sras. Hernânia Belga Ohniporto, Célia Ribeiro, Maria Teresinha, Ângela Caldeira, Milda Beatriz Guerra, Regina Sá e Joselinda Dolabela; e de representante do Centro Educacional Prof. Estêvão Pinto.

Sala das Comissões, 10 de maio de 2000.

Dimas Rodrigues, Presidente.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

133ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 3/5/2000

O Deputado Rogério Correia* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o assunto que trago a esta tribuna diz respeito ao movimento iniciado nesta semana pelo MST, que, em resposta a uma completa falta de atendimento às suas reivindicações, marcou uma série de atos políticos no Brasil, com o objetivo de sensibilizar o Governo Federal. A pauta de reivindicações dos trabalhadores sem terra não é nova e, certamente, refere-se à reforma agrária no País. Houve um agravamento, principalmente nos últimos dois anos, da relação entre esses trabalhadores e o Governo do Sr. Fernando Henrique Cardoso. Existe a intenção - que vem sendo posta em prática pelo Governo Federal - de desmantelar completamente os órgãos responsáveis pelos estudos técnicos da reforma agrária. Assim, o próprio INCRA tem sofrido um esvaziamento muito grande por meio de medidas adotadas pelo Governo Federal. Para se ter uma idéia, apenas nos três últimos meses do ano passado, foi liberada uma parcela pequena da já pequena verba destinada, no orçamento, à reforma agrária. Tal procedimento está sendo repetido neste ano. Portanto, o assentamento dos trabalhadores rurais sofreu uma paralisação, em virtude de um plano combinado anteriormente pelo próprio Governo. Além disso, os pequenos produtores assentados há mais tempo não recebem qualquer ajuda a fim de que consigam fazer das suas terras um lugar onde possam viver.

Essa situação fez com que o MST e os trabalhadores rurais tomassem uma série de iniciativas políticas, como as ocupações feitas em todo o País, de prédios públicos, de fazendas, procurando mostrar à população que suas reivindicações não estão tendo uma guarida por parte do Governo Federal. Assim, foram feitos atos em Pernambuco, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Paraná, São Paulo, Mato Grosso, Piauí, Alagoas, Bahia, Rio Grande do Norte, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Distrito Federal, Paraíba, Rondônia, Maranhão, Ceará, Sergipe e Goiás.

Chamo a atenção para três atos, sendo dois em Minas Gerais e um no Paraná. Em Minas Gerais, o MST ocupa há alguns meses a Fazenda Tangará, em Uberlândia. Essa fazenda já recebeu um laudo de improdutividade feito pelo INCRA. Depois esse laudo foi refeito pelo IBAMA, que considerou a fazenda produtiva. Agora estão à espera de um laudo do INCRA de Brasília. Os trabalhadores aguardam que isso seja feito dentro de mais ou menos dez dias.

Mas, infelizmente, o Juiz de Uberlândia pediu a desocupação imediata dessa fazenda, o que certamente acarretaria um grau muito alto de violência. Vários Deputados estiveram, como temos notícia, em Uberlândia, para ver essa situação. Hoje o Governador Itamar Franco dirigiu-se a essa cidade, buscando solução pacífica para o caso da Fazenda Tangará. Já ordenou à Polícia Militar que não tomasse nenhuma atividade violenta até a sua chegada. Quero, então, parabenizar o Governador Itamar Franco por procurar essa negociação como canal de resolução do problema, e não a ação policial e a repressão.

Além do Governador, estão lá também Deputados Federais. O Deputado João Leite, parece-me, permanece lá; a Deputada Maria Tereza Lara lá esteve, procurando resolver essa situação de forma pacífica, bem como o Deputado Sávio Souza Cruz, Líder do Governo. Há, portanto, uma mobilização do Governo para conseguir uma solução pacífica.

O mesmo acontece aqui em Belo Horizonte, onde a Receita Federal também foi ocupada pelo MST. Hoje passei toda a manhã procurando também uma solução pacífica, visto que a ocupação do Ministério da Fazenda tem o sentido de pressionar, a fim de que verbas sejam liberadas para a realização da reforma agrária. Portanto, é um movimento nacional justo, e é também justa a ocupação que fazem no prédio. Esperamos que a ordem de desocupação, dada por uma Juíza, seja revista, e seja dado um prazo de negociação. É isso que estamos procurando junto ao setor judiciário.

Tudo isso são medidas para se tentar, de forma pacífica, avançar na resolução de um problema que é grave, de um problema social emergente, que é a ausência de terras para as

famílias que precisam dela para trabalhar, para criar seus filhos.

Faço uma comparação com outros Estados, cuja ação, diferentemente do que foi feito aqui pelo Governador Itamar Franco, foi de dar ordem para uma repressão policial inusitada. É o que aconteceu ontem no Estado do Paraná, onde 200 trabalhadores ficaram feridos e um foi morto, a tiros, pela Polícia Militar, portanto, sob responsabilidade do Governador do Paraná. Além disso, há suspeita de outra morte, porque há um desaparecido após os conflitos naquele Estado. E o que vemos por parte do Presidente da República nesses dias, reiterado hoje por seus Ministros, é que ele está fechado a qualquer tipo de negociação, que não receberá os trabalhadores sem terra. Enfim, está fazendo uma verdadeira bravata contra o movimento, também estimulando a repressão política e policial de um movimento tão justo quanto o MST. Portanto, o elogio que queremos fazer à ação do Governador é essa contrapartida, o oposto daquilo que vem declarando e mandando fazer o Sr. Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Gostaria também de pedir o apoio do conjunto dos Deputados a essa ação pró-reforma agrária, que precisa ter o nosso apoio em Minas Gerais para que se abra um canal de negociação real do Governo Federal com esse movimento, visando estimular a reforma agrária. Uma reforma agrária que seja entendida no seu espírito global, não apenas da posse da terra, mas também de condições de trabalho para quem necessita dessa terra para trabalhar. Eram essas as questões iniciais que gostaria de abordar.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero cumprimentar o companheiro Deputado Rogério Correia pelo seu compromisso de luta constante pela reforma agrária e apoio aos assentados, às ocupações e aos movimentos sociais que apóiam os sem-terras.

Ontem, estivemos em Uberlândia, juntamente com os Deputados João Leite, Ailton Vilela, Carlos Pimenta, a pedido do Presidente desta Casa, Deputado Anderson Adauto, que também é da região, quando todos estávamos preocupados com a situação dos assentados da Fazenda Tangará.

Observamos que as informações oficiais da imprensa em muito estavam manipuladas, e detalhes não foram esclarecidos, como o papel da Polícia Militar local. Por isso, tomamos providências na Comissão de Direitos Humanos, solicitando investigação dos fatos.

Constatamos também que todos aguardavam a presença, hoje, não só de Deputados desta Casa, do Presidente da Comissão de Direitos Humanos, como também do Governador Itamar Franco, que pessoalmente vai tratar desse caso, demonstrando o compromisso e a sensibilidade que tem tido com as questões sociais.

Vimos o papel importante do Instituto da Terra, cuja criação foi aprovada nesta Casa por unanimidade; Superintendente é o nosso companheiro Marcos Helênio, que está intermediando um diálogo, uma negociação.

Se não fosse o papel de todos que apontamos anteriormente, poderia ter havido lá uma tragédia. É o compromisso do povo mineiro, do Governo desta Casa e das instituições sérias - várias entidades assinaram um documento em solidariedade aos sem-casas. A arma que tinha sido mencionada no documento, para que o Juiz decretasse prisão preventiva de quatro lideranças, pudemos observar que era uma imagem de Nossa Senhora Aparecida. Uma arma, sim, mas espiritual, como lhes disse.

Com tudo isso, percebemos como os fatos precisam ser esclarecidos. Para isso, é necessária a participação de todos nós.

O Deputado Rogério Correia* - Obrigado, Deputada Maria Tereza Lara, o aparte de V. Exa. reafirma a necessidade de trabalharmos ainda mais em favor da reforma agrária no Brasil e, mais do que isso, investigar as ações que devam ser repudiadas por nós.

De fato, o Juiz de Uberlândia tem exagerado em suas deliberações. Primeiro, não se dignou esperar um prazo de 15 dias, que o próprio movimento tinha colocado como prazo máximo para receber parecer do INCRA, com o compromisso de que, se a terra fosse decretada produtiva, sairiam espontaneamente. Caso contrário, sendo a terra improdutiva, teriam o direito, até a desapropriação, de permanecer lá. Mas o Juiz sequer pode esperar esse prazo e colocou a reintegração da posse imediata, fazendo pressão enorme para que os órgãos de segurança agissem de forma repressiva. Depois, emite ordem de prisão preventiva para advogados, líderes dos sem-terras, criando um clima de confronto que apenas ele queria, não é o que deseja o Governador do Estado, que deu uma contra-ordem a este Juiz.

Quero solidarizar-me novamente com essa atitude do Governador, mas ao mesmo tempo precisamos ficar atentos e exigir do Governo Federal atitudes que conduzam à paz no campo, e não à guerra.

O Deputado Durval Ângelo (em aparte)* - Quero elogiar o pronunciamento de V. Exa.. Neste episódio, temos algo que lamentar e esperamos que o Governador tome providências, porque a Polícia Militar fez um relatório sobre a ocorrência, tentando retratar que a violência teria sido só dos trabalhadores rurais sem terra, e há discordância quanto a isso no relatório das entidades de apoio, da Igreja, e a própria comissão de Deputados, que lá esteve, também discordou dessa versão da Polícia.

Se o Governador não quiser perder a autoridade, como Comandante da Polícia Militar, tem de afastar imediatamente o Comando Regional da Polícia Militar e o Comandante do Batalhão local. Ficou claro que houve informação deturpada, mentirosa, prestada ao Governador, que é o Comandante maior da Polícia Militar. Se o Comandante maior não pode ter confiança num relato de um comando regional, ou mesmo de um comandante de pelotão...

Também temos de cobrar do Governador a exoneração dos Coronéis responsáveis pela informação prestada a respeito da ocorrência.

O Deputado Rogério Correia* - Agradeço o aparte. De fato, a informação dada pela Polícia Militar não é condizente com a informação que recebemos do próprio MST. Essa informação foi que vários policiais estiveram lá, quando o significado seria apenas a entrega do mandado do Juiz. Há uma contradição, mas acho que a atitude do Governador foi correta, fazendo-se presente no local, como Comandante também que é da Polícia Militar, como Governador do Estado, para resolver o problema da forma como deve ser resolvido. Agradeço, Sr. Presidente, a tolerância. Fico devendo um aparte ao nobre Deputado Adelino.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado João Paulo - Sr. Presidente, colegas Deputados, profissionais da imprensa, visitantes, venho a esta tribuna nesta tarde para anunciar a esta Casa e à sociedade mineira que apresentei um projeto de alteração da Constituição do Estado de Minas Gerais, para modificar o instrumento do tombamento, esse instrumento importante de manutenção da memória e da política cultural da nossa sociedade, o qual desde 1937 não havia sofrido nenhuma modificação. Meu projeto prevê a otimização dessa política, o aperfeiçoamento desse instrumento de tombamento, trazendo mais democracia, trazendo mais transparência e fortalecendo o direito de cidadania em nosso Estado. Essa possibilidade pode ser feita exatamente na malha e na esteira das três propostas que faço para a alteração desse instrumento. A primeira proposta seria, precisamente, incluir o parlamento na agenda dos tombamentos. Os tombamentos, desde sua criação, têm sido feitos apenas pelos conselhos deliberativos, pelos conselhos consultivos do patrimônio cultural, histórico e artístico. A partir da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, o parlamento estará resgatando o seu compromisso perante a sociedade, fazendo-se presente nesse foro. De maneira nenhuma se propõe a exclusão dos conselhos, cuja função principal entendo eu ser aquela que eles desenvolvem a partir do momento em que o patrimônio é tombado, dirigindo, acompanhando a restauração, acompanhando a manutenção e a conservação desse patrimônio.

Se o tombamento vier a se dar através da iniciativa de um conselho estadual, do IEFHA, teríamos a Assembleia Legislativa participando do processo.

Por outro lado, se o tombamento tiver origem num dos conselhos municipais, aí, sim, as Câmaras Municipais estarão sendo acionadas e passarão a interagir e receber as comunidades objeto do tombamento, para fazer uma ampla discussão em torno dessa proposta, a fim de evitar que essa política seja dirigida como atualmente se faz. Não são poucas as pessoas que hoje nos procuram e que se identificam como vítimas do tombamento, dizendo que o imóvel tombado não tinha nenhuma característica histórica, arquitetônica ou artística e que, a despeito disso, foi objeto de tombamento, vitimando, portanto, o seu proprietário, que, num primeiro momento, tem uma perda muito grande no mercado imobiliário.

O Deputado João Batista de Oliveira (em aparte) - Caro Deputado João Paulo, gostaria de cumprimentá-lo pela tese. Não quero discutir se o projeto vai resolver ou não o problema,

mas como tese é interessante. A experiência de Belo Horizonte é traumática. Por exemplo, vimos que famílias que herdaram alguma casa na zona Sul de Belo Horizonte não tinham dinheiro nem para fazer o inventário, mas eram obrigadas, pela lei, a fazer a restauração da casa. Existem casos de viúvas muito pobres que herdaram casas antigas mas não puderam construir um prédio no local. No entanto, veio uma construtora e construiu. Gostaríamos de cumprimentar V. Exa. por tratar desse assunto.

Em Belo Horizonte, há um grupo de arquitetos iluminados, pois qualquer projeto que assinam é aprovado no Conselho, quando não é acertado no Conselho. Já vi arquiteto fazer movimento contra o tombamento até o momento em que foi contratado para fazer o prédio que iria ser construído no lugar da casa velha.

É bom discutir esse assunto, porque o Conselho é um instrumento de defesa da população. Em determinados momentos, acabou até mesmo sendo acusado de estar fazendo defesa de escritórios particulares de consultoria, que criavam dificuldades para se demolir uma casa velha e, a partir de uma consultoria, apresentavam uma proposta conciliatória para se construir um espigão no local.

A tese de V. Exa. é muito interessante, porque o cidadão não é obrigado a consertar um telhado se não tem dinheiro. Pela lei atual, se a casa desabar, ele pode ir para a cadeia, mesmo não tendo dinheiro para reformá-la. Assim, o Estado, ao invés de impor, deveria colocar-se como parceiro da preservação da memória histórica da nossa cidade, do nosso Estado e do nosso País.

Quero dizer que espero que o cidadão comum de Belo Horizonte tenha o mesmo acesso ao Conselho do Patrimônio Histórico e Cultural em Belo Horizonte que as grandes construtoras têm. Nunca ouvi falar que alguma grande construtora tenha deixado de construir um prédio onde quis. Geralmente, faz um acordo, preserva a fachada e dá a consultoria para um arquiteto iluminado desse grupo que manda e domina o solo urbano de Belo Horizonte. Cumprimentando-o pela tese, quero dizer-lhe que vou estudar o projeto de V. Exa. para ver se posso votar favoravelmente a ele como está. Mas, no momento, a tese de V. Exa. é muito saudável. Parabéns.

O Deputado João Paulo - Obrigado, nobre Deputado João Batista de Oliveira. V. Exa., com a experiência e sabedoria que tem, dignifica muito a minha proposta, embora com ela não se comprometa de imediato. Mas o fato de apoiar a tese já significa um avanço muito grande. Essa questão, desde 1987, não sofria nenhum abalo ou aceno. Os Conselheiros estão preocupados. Acho que poderíamos tratar essa legislação como um verdadeiro entulho do autoritarismo. Falamos muito em falta de democracia, em revolução do Governo militar, mas isso tudo nos referindo do Governo de 1964 em diante. Esquecemos de que, naquela época, em 1987, era mão forte, mão de aço, que nos dirigia e governava o País. Portanto, esse instrumento é um legado daquela época.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Deputado João Paulo, mais uma vez, cumprimento V. Exa., que tem demonstrado nesta Casa, com sua inteligência, ser um legítimo defensor do povo mineiro.

Gostaria de ressaltar a minha participação, representando esta Casa, como membro curador junto ao IEPHA. V. Exa. é meu companheiro no IEPHA.

Ouvi atentamente a sua exposição, como também a do ilustre Deputado João Batista de Oliveira. A situação, hoje noticiada pelos jornais, é bastante preocupante. Não digo que a matéria seja complexa. Entendo - e V. Exa. acabou de afirmar brilhantemente - que é necessária ampla discussão.

Assim, quero compartilhar com V. Exa. de sua preocupação, que, também, é a desta Assembléia. Tenho certeza de que, em decorrência da apresentação do nosso requerimento à Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 29/99, debateremos amplamente o assunto. Estarão aqui presentes o Secretário da Cultura, o Presidente do IEPHA e o do CREA, enfim, participarão todas as entidades envolvidas nesse grandioso projeto.

Quero parabenizar V. Exa. e participar, passo a passo, do andamento do projeto.

O Deputado João Paulo - Obrigado, nobre colega de partido e colega também no IEPHA. Como já o disse muito bem, V. Exa. é o titular, representa esta Casa junto ao IEPHA, e sou o suplente.

A propósito disso, fui convidado para participar de reunião para aprovar as contas do IEPHA. Infelizmente, não pude comparecer, porque pouca informação tinha a respeito da vida financeira daquela entidade. Estou com os demonstrativos de receitas e despesas em mãos e pude perceber que os recursos não são nada desprezíveis. Embora não tivesse condições técnicas e políticas de cancelar o que foi feito, acho que os recursos são expressivos e devem ser canalizados - aí é que vem o segundo tópico da minha proposta - para a restauração e conservação do patrimônio tombado.

Atualmente, o que se faz é nominar o imóvel, o patrimônio a ser tombado, e o poder público não oferece absolutamente contribuição nenhuma, apenas faz uma intervenção pontual. O imóvel fica quase que fora, mas, se se mantém no comércio, mantém-se a preço muito menor. Não raro é patrimônio herdado, de famílias abastadas ou não, e o Estado não oferece nenhuma contribuição, apesar de havermos, nesta Casa, votado pelo menos duas leis, num passado muito recente, para canalizar recursos para essa finalidade.

Votamos a Lei Robin Hood. Pessoalmente, não estava na Casa, mas a Assembléia votou essa lei que consagra e destina recursos expressivos para essa finalidade, de acordo com seu art. 1º, inciso VII.

Observe bem, Deputado Adelino de Carvalho, que basta o município ter um conselho do patrimônio cultural ou histórico, que já se habilita a receber - e tem recebido de fato - importâncias mensais consideráveis para alocar nessa política. Para que serve isso, senão para conservação e restauração do patrimônio tombado?

Esse é, portanto, o segundo item. O primeiro é a inserção do parlamento. O segundo é a restauração e a conservação por conta dos fundos dos conselhos. O terceiro digo daqui a pouco, depois do aparte de V. Exa.

O Deputado Adelino de Carvalho (em aparte) - Quero parabenizar o nobre Deputado João Paulo por mais esse projeto inteligente, que valoriza esta Casa, numa hora em que a Assembléia Legislativa é tão importante para a aprovação de projetos de interesse da sociedade e num dia tão especial como o de hoje, em que os Deputados se mobilizam para "limpar" a pauta, aproveitando que quem poderia atrapalhar a votação dos projetos não está presente.

Queremos, nesta oportunidade, parabenizá-lo por esse projeto tão importante, visto que Belo Horizonte tem, em algumas regiões centrais, casarões, que não trazem mais, em suas fachadas, história alguma, porque já foram remodelados, tiveram toda a sua fachada modificada com vitrôs comprados em depósitos comuns, não conservando a historicidade do imóvel. Notamos que os proprietários são obrigados a conservar, reformar os imóveis com recursos próprios ou sofrerem um processo criminal. Parabenizo V. Exa. por mais esse projeto importante para a sociedade.

O Deputado João Paulo - Agradeço o aparte do Deputado Adelino de Carvalho, acrescentando que o projeto objetiva alcançar todo o Estado. Com relação aos imóveis que não mais têm a conotação cultural e histórica porque já tiveram sua fachada destruída, o que ocorre é que, como o erário público não disponibiliza recursos para essa finalidade, o particular faz por sua conta e risco, acabando por transgredir, aviltar, destruir a memória histórica e cultural.

Não poderei conceder aparte ao Deputado Márcio Cunha, porque o tempo não é suficiente. Concluo dizendo que o terceiro item importante do projeto prevê a isenção de tributos para os imóveis que sejam objeto de tombamento e o restabelecimento da justiça na parceria feita entre o Estado e o proprietário do imóvel tombado. Trata-se de uma parceria que não significa o esmagamento feito pelo Estado sobre o cidadão que não tem oportunidade de defesa. O projeto restabelece a justiça nessa relação, otimizando, melhorando, aprimorando o instrumento do tombamento. Essa proposta de emenda à Constituição deve ser apreciada na reunião especial das 16 horas, e, após sua aprovação na Comissão, espero que este Plenário a aprove, enriquecendo-a, se for o caso, para o bem de todo o povo de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado Carlos Pimenta* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, pessoal da imprensa, senhoras e senhores, ainda ontem, juntamente com os Deputados Aílton Vilela, João Leite e

Maria Tereza Lara, estivemos em Uberlândia, representando as Comissões de Direitos Humanos e Agropecuária, para fazermos uma visita à Fazenda Tangará. Lá estivemos com o Movimento dos Sem-Terra, visitamos "in loco" a fazenda e retornamos com a convicção de que é necessário, mais do que nunca, que os Governos Federal e Estadual tratem com respeito e responsabilidade o problema da reforma agrária em Minas Gerais. Só não houve uma tragédia naquele local, há alguns dias, porque Deus ajudou e houve bom-senso. São 700 famílias assentadas, mais de 300 crianças estudando em escolas próximas ao assentamento e, acima de tudo, centenas de trabalhadores rurais, pessoas ligadas à terra, que esperam ter a posse definitiva da fazenda.

Quero também, fazendo justiça, cumprimentar a Polícia Militar pelo bom-senso, pela forma diplomática com que tratou as pessoas, mesmo tendo um veículo apedrejado e queimado pelos sem-terras, naquele local. Mantiveram uma atitude realmente digna de nota, e, como Deputado e membro da comissão que fez a visita a Uberlândia, não poderia deixar de fazer justiça à Polícia Militar dessa região. Foram feitas acusações à Polícia, dizendo que houve pressões, com policiais armados, mas é necessário que se esclareça que um representante do Governo do Estado garantiu apenas a presença dos oficiais, e o grupo especial da Polícia esteve presente, embora não tenha havido ato de violência da Polícia com os assentados.

Faço esse comentário para mostrar a efervescência do movimento da reforma agrária em nosso País. O Governo Federal já não pode tratar a reforma agrária do País da forma como vem tratando. Os movimentos pipocam em todos os Estados. Nesta madrugada, infelizmente, ocorreram encontros violentos no Sul do País, com a morte de trabalhadores rurais. É necessário que o Governo dê um tratamento social a essa questão, é necessário que o Governo Federal possa apressar, efetivamente, a continuação do processo de reforma agrária. Aqui mesmo, em Minas Gerais, em quase todas as regiões, estamos sentindo que, de um momento para outro, podem se iniciar movimentos mais violentos, trazendo intranquilidade ao povo mineiro, principalmente às pessoas que querem e têm o direito de trabalhar a terra. Já não é possível que observemos que existem verdadeiras sesmarias em nossa região, inclusive terras improdutivas, devolutas. E, por outro lado, em contrapartida, existem milhares e milhares de trabalhadores que têm vocação para a terra e que precisam de um tratamento diferenciado.

O Projeto Jaíba, no Norte de Minas, é, talvez, o melhor exemplo de reforma agrária do País. E, mesmo nesse projeto, totalmente financiado pelo Governo Federal, já há insatisfações de pessoas que esperam a oportunidade para ter o seu lugar, e há pessoas do Projeto Jaíba que têm seu lote, mas que não conseguem trabalhar, levar adiante seu serviço, porque a energia é muito cara, a água bombeada até sua porta também, inviabilizando qualquer projeto de agricultura no âmbito do Projeto Jaíba.

Estamos preparando dois projetos importantes. Um cria comissão para negociar com os sem-terras e com os sem-casas em áreas ocupadas. É um projeto que já existe, na Casa, há mais de um ano e, infelizmente, não tem a aquiescência do Governo do Estado para seu andamento. Observamos, constantemente, choques violentos entre a Polícia, que cumpre mandados judiciais, e os sem-terras e sem-casas.

Apresentamos também outro projeto, criando um programa de acompanhamento dos assentamentos dentro do projeto de reforma agrária, porque não basta dar a terra, é necessário que se dêem, também, condições para nela se estabelecer com sucesso. E os vários projetos de assentamento existentes na Casa, infelizmente, não têm acompanhamento, principalmente por parte de órgãos não governamentais e por parte desta Casa.

Quero dizer, Sr. Presidente, ao fazer esse relato, que, fomos "in loco" verificar o que acontece em Tangará.

Quero, também, falar sobre outro assunto que reputo da maior gravidade e que tem nos preocupado sobremaneira, que é a questão da saúde pública na região do Norte de Minas. Citarei um exemplo: Verdelândia, uma pequena cidade recém-emancipada, que era a antiga cidade de Cachoeirinha, onde houve atos violentos e dramáticos envolvendo as pessoas que lutaram pela terra, neste último mês, assistiu estarecida à morte de seis jovens, de 15 a 27 anos, por doença de Chagas em sua fase aguda. Há quantos anos não temos notícia de pessoas que se infectam por doença de Chagas! Quando se vai à Fundação Nacional de Saúde e se faz uma denúncia dessa gravidade, os técnicos dizem, garantem e juram que há muitos anos não se captura um barbeiro infectado que possa transmitir a doença de Chagas.

Estou apresentando um requerimento à Comissão de Saúde, convocando o Sr. Secretário de Saúde, Deputado Adelmo Carneiro Leão, e o Dr. Frederico, que é o Superintendente da Fundação Nacional de Saúde, juntamente com o Prefeito de Verdelândia, para que possamos esclarecer essa história e mostrar que, infelizmente, a Vigilância Sanitária não está dando crédito a fatos reais, como o ocorrido em Verdelândia, onde seis pessoas jovens morreram de doença de Chagas em sua fase aguda.

O Deputado Adelino de Carvalho (em aparte) - Parabenizo o Deputado Carlos Pimenta pelo seu pronunciamento, porém manifesto aqui a minha discordância quanto a uma parte. Sou favorável à reforma agrária e penso que o MST seja um movimento importante de mobilização social para a redistribuição de terras, mas esses últimos episódios que vêm acontecendo estão denegrindo a imagem do MST, que está deixando de ser um movimento respeitado pela sociedade para se tornar um movimento anarquista, que está perdendo a credibilidade, por invadir prédios públicos e por agredir trabalhadores. Os senhores precisam entender que o policial que está ali também é um trabalhador e não pode ser agredido ao cumprir uma ordem judicial. Somos contra o policial que é arbitrário e que extrapola o seu dever, mas não podemos cruzar os braços e ver a sociedade organizada ser agredida por um movimento que, há pouco tempo, era louvável, mas que, hoje, vem causando enormes prejuízos, com balbúrdias, anarquias e invasões de órgãos públicos. A sociedade, que se manteve até hoje apoiando esse movimento, começa a fazer objeção quanto ao que vem acontecendo.

O Deputado Carlos Pimenta* - Agradeço o aparte de V. Exa. Quando tecemos algum comentário a respeito do Movimento, foi relacionado com a Fazenda Tangará. Também condenamos todo ato de violência e todo ato que venha a deixar a sociedade insegura. Entendo que a violência policial não pode existir, mas também movimentos legítimos, que ganharam, inclusive, a confiança de parte da sociedade, não podem se desviar do seu caminho e partir para a anarquia, porque estamos vivendo em um país democrático, que precisa dar segurança ao seu povo.

Voltando ao caso de Verdelândia, quero, ao fazer essas denúncias, desse absurdo da morte de jovens por doença de Chagas na fase aguda, aproveitar a oportunidade e voltar à tona a discussão da vigilância sanitária. O Código de Saúde que foi votado foi um avanço, um exemplo de respeito e de cidadania da Comissão de Saúde. Agora, resta ao Secretário e ao Governador do Estado trazerem um programa de saúde que venha, efetivamente, beneficiar as nossas regiões.

Dos 102 municípios do Norte de Minas, 51 não possuem nenhum órgão que possa dar assistência mínima de saúde à população daquelas cidades. Isso é um absurdo. Este Governo tem a obrigação de trabalhar para trazer um modelo de assistência de saúde pública ao nosso povo.

Confiamos que o Deputado Adelmo Carneiro, nosso companheiro por quase cinco anos na Comissão de Saúde, tenha condições de cumprir o que sempre defendeu dentro das quatro paredes desta Casa, possa realizar essa audiência e constatar o que aconteceu no Norte de Minas. Muito mais do que isso, possa dar-nos um pouco de tranqüilidade, com um programa de saúde pública para o Estado, que até então não existe. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Edson Rezende* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, o assunto de hoje não poderia ser outro, pois é o que nos traz os noticiários dos jornais, televisão e rádio, sendo matéria, inclusive, de primeira página da "Folha de S. Paulo" e de outros jornais de grande circulação no País. É sobre o MST.

Esse assunto hoje colocado em primeira página é algo anunciado há dezenas de anos, não somente na questão brasileira, mas de todos os conflitos de terra do globo terrestre. O não-acesso à terra é uma questão que ultrapassa a história brasileira, vem desde o início da sociedade organizada sobre a face da terra. Não podemos esquecer de uma fala histórica e emblemática do ex-Presidente John Kennedy: "Reforma agrária, quem não a fizer pacificamente terá de fazê-la obrigatoriamente, sob forma de violência".

Então, senhores, o problema da terra no Brasil remonta às capitanias hereditárias, onde começou o processo latifundiário de acesso, posse e de propriedade das terras.

De lá para cá, a cultura centralista, concentradora de terras e recursos, apesar dos anos, vem dominando a exploração das terras brasileiras. Não interessa se a terra não produz ou se existem milhões de brasileiros sem futuro para si e para sua família, pois o proprietário não consegue ver, com sua cultura, que a terra tem que ter função social. Há, hoje, no País, grandes extensões de terras improdutivas. Andando por aí, vemos centenas de quilômetros delas e nos perguntamos: Como pode um país tão grande ter milhões de desertados, sem condições de deixar de ser párias da sociedade para serem cidadãos do mundo, através do cultivo da terra?

Senhores, há gerações inteiras nessa situação. Que futuro terá um camponês, que é fiel empregado de uma fazenda e usa a enxada para trabalhar, mas que não tem sequer a sua casa e nenhum acesso à terra? Permanecendo em seu "habitat", qual será o futuro desse homem, cujos pai e avô foram lavradores? Que futuro terão seus filhos, netos e bisnetos diante dessa situação de párias da sociedade rural?

Ao estudarmos a história da Índia, falando dos párias hindus, essa parece-nos uma situação distante, como se não fosse a nossa realidade. Mas, na verdade, essa é a realidade dos mais de 20 milhões de trabalhadores rurais sem acesso a qualquer pedaço da propriedade para cultivar. E no momento em que deixam o campo e vão para as cidades, esses cidadãos se tornam párias novamente dessa cidade grande, vivendo em suas periferias, desempregados, sem possibilidade alguma.

Muitos dizem que o brasileiro tem sangue de barata e não reage às injustiças, mas quando há uma reação de indignação frente ao fato de gerações inteiras viverem a mesma injustiça, esse movimento é reprimido. Ora, se o MST tem que invadir prédios e mobilizar a população, isso se deve ao fato de, há tanto tempo, estarem sem acesso a um pedaço de terra e um futuro garantido. Quando se organizam e vão à luta, dizemos que são baderneiros.

Ora, senhores, a maior violência é deixar gerações inteiras sem futuro, sem acesso à terra, quando centenas de milhões de hectares estão abandonados, improdutivos. Por que, então, não dar-lhes uma oportunidade, a fim de que possam plantar? Não estão por aí, feito párias, abandonados, desempregados? Estão fazendo um movimento pelo acesso à terra, para que possam trabalhar, ter direito ao trabalho.

O Deputado Chico Rafael (em aparte) - Deputado Edson Rezende, V. Exa. está colocando dessa tribuna o sentimento de todos os companheiros do PSB diante do quadro que se descortina no País. O MST tem recebido algumas críticas em virtude da forma como vem atuando. Mas é importante que a sociedade avalie como está sendo tratado ao longo dos anos, principalmente pelo Governo Federal. Todas as vezes em que vimos, pela imprensa, alguma ação do Governo, percebemos que não se destinava a resolver a questão da reforma agrária em sua raiz, ou seja, a distribuição de terras. O MST vem sendo enrolado ao longo do tempo, pois somente lhe são concedidos pequenos favores, não sendo tomada nenhuma atitude realista, com o objetivo de tentar resolver esse problema. Dessa forma, estamos vivendo num verdadeiro clima de guerrilha urbana, em virtude dos atos promovidos pelo MST, pelo movimento dos caminhoneiros e pela violência que campeia em toda a sociedade. Infelizmente, o Governo Federal está insensível diante dessa situação, não adota políticas que protejam o trabalhador rural e os caminhoneiros e ofereçam segurança nas cidades. Na ausência de pão para todos, o conflito é inevitável, está instalado na sociedade.

Portanto, nós, como políticos, devemos ser os primeiros a trabalhar de forma a corrigir tais distorções. Estou muito preocupado com a forma com que a Assembléia Legislativa tem conduzido o processo político, quando muitas vezes não existe "quorum" para as votações importantes neste Plenário; quando, muitas vezes, procura, de forma não muito elegante, pressionar o Governo do Estado, na tentativa de que sejam atendidos interesses setoriais, paroquiais. Ainda ontem, o Deputado Hely Tarquínio disse em alto e bom tom que esta Casa precisa criar vergonha na cara e deixar de continuar de joelhos diante do Governador. Conclamo novamente os Deputados a fim de assumirmos o nosso papel dentro do Poder Legislativo, votando matérias - paradas há muito tempo - de interesse não só do Governador, mas também de toda a comunidade de Minas Gerais.

Deputado Edson Rezende, agradeço-lhe a oportunidade e parabenizo-o pelas colocações que V. Exa. está fazendo.

O Deputado Edson Rezende* - Obrigado, Deputado Chico Rafael. É lastimável lermos na "Folha de S. Paulo" a declaração de um Ministro, que preferiu não se identificar, dizendo que "o Presidente Fernando Henrique Cardoso nunca receberá o MST para negociar desocupações e mudanças no processo de reforma agrária".

Pensando numa alternativa que nos permita discutir esse problema, enquanto Estado, enquanto conhecedores dos problemas de êxodo rural, chegamos à conclusão de que precisamos encontrar uma forma política de resolvê-lo. Não existe outra forma, exceto encontrar políticas adequadas para o campo. Portanto, hoje, na pauta, está um projeto de nossa autoria, que dispõe sobre a implantação de agrovilas no Estado. Solicito aos Deputados que façam uma análise desse projeto, que propõe a utilização de terras públicas. Sabemos que o Estado possui perto de 11.000.000ha de terras devolutas, nas quais poderiam ser assentadas milhares de famílias.

Então, pediria que os nobres pares desta Casa e os companheiros do interior - tantos Deputados representam o interior aqui - fizessem uma análise detida desse projeto, porque é uma forma pacífica de assentar o homem no campo, entrando o Estado, os municípios e as representações dos trabalhadores numa forma coletiva de resolver o assentamento e a produção agrícola também.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Sr. Presidente, nobres Deputados, telespectadores da TV Assembléia, que criei com muito orgulho e que já atinge quase todo o território de Minas Gerais, com enorme prazer ocupo esta tribuna para enaltecer o trabalho desenvolvido por Mauro Nonato de Assis no Instituto Renzo Gustavo Pedrosa de Assis, com sede em Itabirito. Enquanto muitos poderiam ficar somente a chorar, Mauro faz da dor da perda de um filho o motivo para dignificar a vida de centenas de pessoas, transformando em realidade o sonho do jovem Renzo de Assis.

Renzo era um jovem de 22 anos que sonhava com um mundo sem diferenças, plenamente justo e bom, um mundo de graças, cores e credos e religiões diversas, um mundo onde as pessoas vivessem lúcidas, sem serem conduzidas por venenos que contaminam a pureza da alma. Essa era a vontade do seu filho, tragicamente morto em um acidente de carro.

Desse sonho, prezados colegas, surgiu uma grande realidade, que é o Instituto Renzo, que tem o ser humano como principal alvo de trabalho e terá, no dia 6 de maio, às 18 horas, a inauguração da sede de sua Creche Doce Lar, cujo nome refere-se às notas musicais dó, si e lá, pois Renzo era muito ligado à música, que é a mola mestra do Instituto. A creche atenderá, em média, 75 crianças por dia, em horário integral, sem custo para os familiares, proporcionando um programa educacional ligado à educação ambiental e a cuidados com a saúde e higiene, promovendo a criatividade e a harmonia da criança desde o início da sua infância.

Sr. Presidente, esse é o objetivo do Sr. Mauro Nonato de Assis, cidadão de Itabirito, que dá um exemplo, para todos nós, de força e de solidariedade para com o próximo.

Completando e fugindo um pouco desse assunto, ressalto que a imposição a esta Casa não pode acontecer. Para quem quiser entender e interpretar, esta Casa não é fraca, tem gente séria e sabe como pode sair e como pode conviver com ameaças. Mais uma vez, repito, esta Casa não é fraca. Obrigado.

O Deputado Paulo Pettersen - Sr. Presidente e Srs. Deputados, em vista do que vem ocorrendo em nosso Estado e do que vem ocorrendo com esta instituição, não apenas há preocupação do Líder do PMDB, mas tenho a certeza de que essa preocupação é extensiva a todos os parlamentares da Casa. O silêncio nosso, dos Deputados, e de toda a Casa talvez para muitos tenha uma interpretação de que seja possivelmente omissão, mas não é.

Muitas vezes, tenho a certeza de que, mesmo silenciosamente, esta Casa tenta dizer algo pelos seus gestos. Então, essa é a estatura do Poder Legislativo, esse é o formato de cada parlamentar nesta Casa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, de 1964 até o final da década de 80, o Brasil e os brasileiros viveram uma das experiências mais amargas de sua história: patrocinada por interesses estrangeiros, aqui se implantou a ditadura militar, que não deixou saudades. Foram mais de duas décadas sombrias, caracterizadas pelo cerceamento das liberdades individuais, pela censura à imprensa, pelo desrespeito aos Poderes constituídos e pelo enfraquecimento do pacto federativo. Como era de prever, o equilíbrio entre os Poderes não se manteve. A balança pendeu para o lado do Executivo, deixando o Legislativo e o Judiciário na condição de títeres de um poder central odioso e tirânico. Adicionalmente, anularam-se as lideranças civis, que só voltaram ao cenário com a redemocratização.

Esperava-se, depois do vendaval, que os brasileiros tivessem aprendido a lição e que o lema de todos passasse a ser "Ditadura Nunca Mais", em complemento ao já conhecido "Tortura Nunca Mais". Mas se é inegável que o povo cresceu cívica e moralmente com a volta da democracia, alguns setores das elites empresarial e política parecem saudosos do regime ditatorial. O primeiro exemplo disso que nos vem à cabeça é o do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

S. Exa., que começou a vida pública como ardoroso opositor do regime militar, vem renegando o que antes pregava. Persiste no processo de debilitar Estados e municípios e estimula

o fisiologismo no âmbito político. Usa e abusa das medidas provisórias, que deveriam ser aplicadas apenas em casos muito excepcionais, mas que, em suas mãos, transformaram-se em rotineiro instrumento de prepotência. Além disso, não admite contestação à férrea vaidade com que nos impõe, entre outras, uma política econômica distante do social e próxima dos interesses econômicos internacionais.

Quando o Governador Itamar Franco assumiu o Governo de Minas, aplaudimos de imediato a cruzada que iniciou contra o poder da União, ao condenar a política econômica, as privatizações sem critérios, o desacato às autonomias estadual e municipal. Mas a verdade é que não ficou bem-definido um dos aspectos de sua ação: aquele que deve nortear seu relacionamento com os demais Poderes e particularmente com a Assembléia Legislativa.

Passado pouco mais de um ano desde que o Dr. Itamar assumiu - período esse em que, como base de sustentação do Governo, defendemos bravamente a sua causa dentro deste parlamento -, a sensação que nos domina é de perplexidade. Estamos perplexos porque estávamos convencidos de que o Governador manteria conosco relações produtivas e construtivas, e isso nem sempre vem ocorrendo. Estamos perplexos, porque não temos dúvida de que o Dr. Itamar não pertence ao segmento da classe política saudosa da ditadura; no entanto, sentimos no Executivo uma tendência a extrapolar.

Estamos perplexos, porque o Senador José Alencar - que não pertence àqueles segmentos do empresariado e da classe política que desdenham a democracia - não vem recebendo o tratamento que merece.

Na verdade, vimos experimentando uma sucessão de embates com o Palácio da Liberdade, em nada contribuindo para o bem público. Desde o princípio, lutamos contra a impressão de que havia tentativa de ingerência do Executivo nos domínios do Legislativo, em contraponto à autonomia que nos assegura a Constituição.

Sempre foi difícil o acesso dos parlamentares ao Executivo, causando-nos problemas com as bases. A equipe palaciana, com algumas honrosas exceções, procurava isolar o Governador, tornando duplamente difícil a nossa missão nesta Casa. Uma série de fatos evitáveis, por outro lado, levou ao distanciamento o Dr. Itamar Franco e o Senador José Alencar Gomes da Silva.

Se existe no Brasil um homem público e empresário coerente, este é o Senador José Alencar. Ele reúne condições e qualidades para representar o povo mineiro no Senado, da mesma maneira que se tornou uma das maiores lideranças do empresariado brasileiro. Sempre foi defensor dos instrumentos de direito, paralelamente à sua luta em defesa da livre iniciativa e do capitalismo democrático, em oposição ao capitalismo selvagem. Após um período em que Minas esteve ausente do Congresso com homens do seu porte, ele entrou em cena com desempenho à altura de Tancredo, de Ulysses, de Teotônio. Ele é um dos remanescentes daquele grupo que contestava a ditadura, tal como o Dr. Itamar Franco. Ele é um homem público e administrador, como Juscelino Kubitschek, em que o dinamismo soma-se ao amor à causa pública. Por tudo isso, temos certeza de que suas afinidades com o Governador Itamar Franco são muitas, e não podem ser negligenciadas em função de fatores emocionais.

Afinal, o Dr. Itamar Franco - no percurso de sua vitoriosa carreira - também passou pelo Senado, representando - e bem - o Estado de Minas Gerais. Ele defende a empresa brasileira, tal como o Senador José Alencar, procurando impedir que o patrimônio nacional caia em mãos de especuladores internacionais sedentos de lucro.

Pois é em nome dessas afinidades que recomendamos ao Dr. Itamar que procurasse entender o comportamento de nosso caro Senador e companheiro de partido. Ao sugerir aos ocupantes de cargos no Governo que os deixem, o Senador José Alencar está sendo coerente como sempre o foi. Como pode o partido colaborar com o Palácio da Liberdade, pelo menos no momento, se o diálogo foi interrompido? Mas o restabelecimento desse diálogo, acrescentamos, é apenas uma questão de boa-vontade.

Veja-se o caso do veto do Executivo, não mantido por esta Casa, com respeito ao Código dos Contribuintes. A referida e desejável boa-vontade levará a interpretar o veto como parte do saudável exercício democrático. O Legislativo que disse sempre "amém" ao Executivo não estará cumprindo sua missão junto ao povo. Ao contrário, estará prestando vassalagem a um Poder central, típica das ditaduras que aprendemos a odiar. O Governador Itamar Franco, que já foi parlamentar e que muito lutou pela redemocratização do País, sabe disso por experiência própria e válida.

Nosso pronunciamento de hoje não tem o objetivo de polemizar, mas deve servir de alerta. Alerta para que a situação não mais se deteriore, com prejuízo para o povo mineiro. Alerta para o fato de que este Legislativo foi inegavelmente agredido, e é necessário reparar essa agressão. Alerta para a absoluta necessidade de restaurar as boas relações entre os dois Poderes. Alerta para o fato de que esta Assembléia é soberana, e como tal deve ser respeitada.

Como já dissemos, acatamos e admiramos o Governador Itamar Franco por sua extraordinária folha de serviços prestados ao povo brasileiro. Reconhecemos suas qualidades de estadista, entre as quais avultam a probidade e a independência de atitudes. Pois, confiando nisso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, esperamos, daqui para a frente, que os acontecimentos tomem rumo diverso.

Esta Casa - e estamos certos de que todos os colegas parlamentares concordam conosco, independentemente de filiação partidária - tem como único objetivo atender ao bem do povo mineiro. Nesse contexto, não pode admitir ingerências externas no seu trabalho, sob pena de se tornar suspeita perante a opinião pública. No dia em que perdermos a confiança daqueles que nos outorgaram seu mandato, nossa existência como parlamento não mais terá razão de existir.

Vamos continuar colaborando com o Palácio da Liberdade, desde que este respeite a integridade do Palácio da Inconfidência. Vamos continuar defendendo as proposições do Executivo, desde que elas atendam aos elevados interesses da gente mineira. Vamos trabalhar juntos e harmoniosamente, desde que cada um respeite a área de competência do outro. Em síntese, vamos agir democraticamente; vamos desprezar as diferenças pessoais; vamos abdicar de vaidades menores; vamos dissipar as dúvidas que permaneçam sobre o saudosismo da ditadura; vamos lembrar sempre que existe, no Estado e no País, uma gigantesca obra de construção a ser feita, para que sejamos uma nação justa e próspera. Assim fazendo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estaremos superando a presente crise, que não aproveita nem às autoridades nem ao povo mineiro e que só faz diminuir Minas Gerais no contexto nacional. Tenho dito, Sr. Presidente.